

YARA PEREIRA DA SILVA LACERDA

**Consolidação de Escolas na Zona Rural do Distrito
de Três Córregos**

Município de Campo Largo, Estado do Paraná:

PROPOSTA DE SOLUÇÃO ALTERNATIVA

Dissertação de Mestrado, apresentada
para obtenção do título de Mestre em
Educação, na Universidade Federal do
Paraná.

CURITIBA

1983

Professor Orientador

LUIZ GONZAGA CALEFFE

- Mestre em Educação pela San Diego State University.
- Doutor em Educação pela Universidade da Califórnia, Los Angeles.
- Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná.
- Técnico da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.

Consultor de Pesquisa

ROBERVAL ELOY PEREIRA

- Mestre em Educação pela San Diego State University.
- Professor Assistente da Universidade Federal do Paraná.
- Chefe do Departamento de Pesquisa e Planejamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.

APRESENTAÇÃO

A educação no meio rural brasileiro tem sido, ao longo do tempo, objeto de estudos, debates, pesquisas e programas que visam possibilitar a melhoria de vida das populações rurais estreitamente ligadas com a terra, dela dependendo para sua subsistência.

As diversidades regionais, as diferentes realidades do meio, as desigualdades da distribuição da propriedade e o uso da terra gerando um sistema de dominação e subordinação, a precariedade dos serviços educacionais interligados aos fatores sócio-econômicos, políticos e culturais, retratam alguns aspectos comuns às áreas rurais brasileiras.

A problemática da educação na zona rural paranaense apresenta, de um lado, semelhanças com o panorama rural nacional e, de outro lado, características próprias e específicas da região. Sob este prisma, buscou-se, neste estudo, encontrar novas perspectivas e alternativas para a educação no meio rural. Como proposta de solução alternativa, realizou-se, em caráter experimental, a consolidação de escolas unidocentes da zona rural do Distrito de Três Córregos, Município de Campo Largo, Estado do Paraná, em uma única escola, Escola Consolidada (Ver Nota 1).

Neste estudo exploratório, procurou-se verificar se a Escola Consolidada trouxe uma contribuição para o aprimoramen-

to do sistema de ensino de 1º grau, na zona rural do Distrito de Três Córregos.

RESUMO

O objetivo da presente dissertação foi analisar a influência da modificação da situação da rede escolar física em alguns indicadores de disfunção do sistema de ensino do Distrito de Três Córregos, no Município de Campo Largo, Estado do Paraná. A referida modificação consubstanciou-se na desativação de 19 escolas unidocentes, com classes multisseriadas, substituídas por uma única escola, denominada Escola Consolidada. Os indicadores analisados foram: evolução da matrícula inicial, taxa de aprovação, taxa de evasão imediata e inadequação idade/série.

Os dados usados no estudo correspondem ao período 1976-1982, incluindo, portanto, os dois primeiros anos de funcionamento da Escola Consolidada, 1981 e 1982.

Os dados referentes à rede escolar do Distrito de Três Córregos foram também comparados aos dados do Município de Campo Largo e aos do Estado do Paraná.

A bibliografia consultada possibilitou a identificação dos principais problemas que têm afligido a área educacional da zona rural e a precariedade das soluções que têm sido implantadas.

A análise dos dados coletados indica que a experiência da consolidação das escolas unidocentes da zona rural, em uma única escola, Escola Consolidada, parece ter contribuído para

a redução das disfunções do sistema educacional do Distrito de Três Córregos, principalmente no que se refere à redução da taxa de evasão imediata e ao aumento considerável da matrícula.

Tendo em vista ainda a recentidade da experiência, recomenda-se que sejam efetuados estudos mais amplos e abrangentes das conseqüências da implantação da Escola Consolidada.

SUMMARY

The objective of this dissertation was to analyse the influence of changes in the school building network on some indices related to dysfunctions in the school system of Três Córregos, Campo Largo, Paraná State. The major change introduced in the system was the closing down of 19 multigraded one-teacher schools, which were replaced by a single school denominated Consolidated School. The indices analyzed were: enrollment flow, promotion rate, age/grade disfunction, and dropout rate.

The data used in the study refer to the period 1976-1982, which includes, therefore, the first two years of the Consolidated School, i.e., 1981 and 1982.

The data related to the Três Córregos school system were also compared to those of Campo Largo City as well as to those of the State.

The literature reviewed made possible the identification of the major problems which have afflicted the educational sector in the rural areas as well as of the precariousness of the solution that have been forwarded.

The analyzes of the data indicate that the consolidation of the rural one-teacher schools in one larger school - the Consolidated School - seems to have contributed both to the dwin-

dling of the malfunctions within the Três Córregos school system, mainly of those related to dropping out, and to considerable increase in enrollment.

Considering the recency of the experience, it is recommended that ampler and more encompassing studies be conducted on the consequences of the implantation of the Consolidated School.

SUMÁRIO

	PÁGINA
PROFESSOR ORIENTADOR E CONSULTOR DE PESQUISA . .	ii
APRESENTAÇÃO	iii
RESUMO	v
SUMMARY	vii
SUMÁRIO	ix
LISTA DE TABELAS	xii

CAPÍTULO

I - O PROBLEMA	1
Introdução	
Definição e delimitação do estudo	
Limitações do estudo	
Importância do estudo	
Objetivo do estudo	
Definição de termos	
Notas	
II - REVISÃO DA LITERATURA	7
Aspectos da educação no meio rural no Bra- sil	

Contribuições de teses e dissertações	
Evolução do ensino no meio rural no	
Paraná	
Resumo	
III - METODOLOGIA	21
Estudo retrospectivo da matrícula do ensino de primeiro grau no Estado do Paraná	
- Matrícula inicial	
- Taxa de aprovação	
- Taxa de evasão imediata	
Aspectos do comportamento da matrícula do ensino regular de 1º grau no Município de Campo Largo	
- Matrícula inicial	
- Taxa de aprovação	
- Taxa de evasão imediata	
Distrito de Três Córregos	
Antecedentes da implantação da Escola Consolidada	
IV - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	50
Conclusões	
Recomendações	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

	PÁGINA
ANEXOS	62
1 Mapa do Estado do Paraná, Município de Campo Largo	63
2 Mapa do Município de Campo Largo, Dis- trito de Três Córregos	65
3 Mapa do Distrito de Três Córregos, lo- calização das escolas desativadas e da Escola Consolidada	67
4 Mapa do Distrito de Três Córregos, tra- jeto a ser percorrido pelos ônibus (dois turnos	69
5 Decreto nº 37/81, de 05 de maio de 1981, referente à criação da Escola Consoli- dada - Escola Augusto Pires de Paula, Ensino de 1º Grau	71

LISTA DE TABELAS

TABELA		PÁGINA
1	Estado do Paraná. Matrícula inicial do ensino de 1º grau, por zona - 1976-1982 (Valores absolutos)	23
2	Estado do Paraná. Matrícula inicial do ensino de 1º grau, por zona (1976-1982) (Números índices)	24
3	Estado do Paraná. Evolução da taxa de aprovação do ensino de 1º grau, por zona - 1976-1981 (Valores absolutos)	24
4	Estado do Paraná. Evolução da taxa de aprovação do ensino de 1º grau, por zona - 1976-1981 (Números índices)	25
5	Estado do Paraná. Evolução da taxa de evasão imediata do ensino de 1º grau, por zona - (1976-1981) (Valores absolutos)	27
6	Estado do Paraná. Evolução da taxa de evasão imediata do ensino de 1º grau, por zona - (1976-1981) (Números índices)	28
7	Município de Campo Largo. Matrícula inicial do ensino de 1º grau, por zona (1976/1982) - (Números absolutos)	30
8	Município de Campo Largo. Matrícula inicial do ensino de 1º grau, por zona (1976/1982) - (Números índices)	31

9	Município de Campo Largo. Evolução da taxa de aprovação do ensino de 1º grau, por zona (1976-1981) (Valores absolutos)	32
10	Município de Campo Largo. Evolução da taxa de aprovação do ensino de 1º grau, por zona (1976-1981) (Números índices)	33
11	Município de Campo Largo. Evolução da taxa de evasão imediata do ensino de 1º grau, por zona (1976-1981) (Valores absolutos) . . .	34
12	Município de Campo Largo. Evolução da taxa de evasão imediata do ensino de 1º grau, por zona (1976-1981) (Números índices)	35
13	Município de Campo Largo - Distrito de Três Córregos. Ensino de 1º grau - zona rural. (1976-1982). Matrícula inicial, taxa de aprovação e taxa de evasão imediata	40
14	Município de Campo Largo - Distrito de Três Córregos. Ensino de 1º grau - zona rural (1976-1982). Evolução da idade média, por série (Valores absolutos)	41
15	Município de Campo Largo - Distrito de Três Córregos. Ensino de 1º grau - zona rural (1976-1982). Evolução da idade média, por série (Números índices)	41
16	Município de Campo Largo - Distrito de Três Córregos. Ensino de 1º Grau - zona rural (1976-1982). Evolução da inadequação idade /série, por série (Valores absolutos) . .	42

TABELA

PÁGINA

17	Município de Campo Largo - Distrito de Três Córregos. Ensino de 1º grau - zona rural (1976-1982). Evolução da inadequação idade/ série, por série (Números índices)	42
----	--	----

Capítulo I

O PROBLEMA

INTRODUÇÃO

Numerosas deficiências, tais como escassez de recursos humanos qualificados, recursos materiais inadequados e insuficientes, grandes distâncias entre o centro urbano e a maioria das escolas unidocentes, má localização dessas escolas, distantes da clientela escolar e de difícil acesso, precariedade dos prédios escolares, absenteísmo tanto dos alunos como dos professores e altas taxas de evasão, reprovação e repetência, refletem a situação educacional da zona rural do Distrito de Três Córregos.

O presente trabalho, um estudo de caso, procurou analisar e avaliar os resultados da consolidação de escolas unidocentes em uma única escola, Escola Consolidada, buscando verificar se a experiência concorreu de maneira significativa para o aprimoramento do ensino de 1º grau, principalmente na redução das disfunções do sistema educacional.

DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O propósito deste estudo foi verificar, com base na coleta e análise de dados da rede escolar rural do Distrito de Três Córregos, referentes a corpo discente e localização das escolas rurais e escolas da sede do Distrito em questão, consolidadas e reunidas em um único prédio, se houve uma melhoria no sistema educacional desta zona rural. Os dados relativos a ma-

trícula inicial, evasão, aprovação e idade média, abrangem o período de 1976 a 1982.

Para a obtenção de subsídios que permitissem analisar esta proposta de solução alternativa para a problemática educacional do Distrito de Três Córregos, foi realizado um estudo sobre aspectos já descritos, quando os educandos recebiam sua formação em escolas rurais unidocentes e após seu ingresso na Escola Consolidada.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Por se tratar de um estudo de caso, de caráter exploratório, os resultados não devem ser extrapolados para outras regiões rurais do Estado, a menos que as peculiaridades de cada região sejam observadas.

Por ser uma experiência recente - a Escola Consolidada está em funcionamento há apenas dois anos, tempo que se reconhece ser relativamente curto para uma melhor análise de resultados, tanto positivos como negativos - pretendeu-se levantar alguns aspectos considerados relevantes, os quais, analisados objetivamente, pudessem trazer alguma contribuição significativa para estudos posteriores que venham a ser realizados.

IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

Uma das principais características da consolidação de escolas rurais unidocentes centralizadas em uma só, a Escola Consolidada, é a de ser uma alternativa concreta para a solução da problemática educacional no meio rural do Distrito de Três Córregos.

Por ser a Escola Consolidada uma experiência inovadora e recente, o estudo realizado, apesar de suas limitações, permitiu, numa primeira etapa, apresentar o produto do trabalho desenvolvido, em seus aspectos positivos e negativos, o que se supõe de vital importância para que novos problemas sejam levantados, novas informações investigadas e futuras pesquisas realizadas.

OBJETIVO DO ESTUDO

O presente estudo teve por objetivo:

1. Identificar, dentro do contexto educacional do Distrito de Três Córregos, as características das escolas da zona rural em termos de matrícula, taxas de evasão, reprovação e outras.
2. Coletar e analisar dados da rede de escolas rurais do Distrito de Três Córregos, referentes à localização das escolas, prédio escolar, corpo discente, com vista a estabelecer um comparativo do comportamento da matrícula do ensino de 1º grau e das disfunções do sistema educacional do Distrito de Três Córregos, do Município de Campo Largo e do Estado do Paraná.
3. Verificar o comportamento do produto das escolas unidocentes da zona rural, durante 5 anos (1976-1980) que precederam sua desativação, comparando estes resultados com o produto da Escola Consolidada, Escola Augusto Pires de Paula, Ensino de 1º Grau, após sua implantação (1981-1982).

DEFINIÇÃO DE TERMOS

Os termos utilizados no trabalho, com a significação que lhes foi atribuída por Matteussi e Salles (1981) estão relacionados a seguir:

. ZONA RURAL:

Região delimitada segundo critérios geopolíticos, correspondente às áreas fora da sede do Município ou Distrito.

. APROVAÇÃO:

Critério que permite ao aluno ingressar numa série ou período posterior, após ter preenchido os requisitos mínimos de aproveitamento e frequência previstos em legislação.

. EVASÃO ESCOLAR:

Afastamento do aluno do sistema de ensino, por abandono.

. EVASÃO IMEDIATA:

Evasão escolar ocorrida durante o ano letivo.

. EVASÃO MEDIATA:

Evasão escolar ocorrida entre um ano letivo dado e o ano letivo anterior.

. REPROVAÇÃO:

Retenção do aluno numa série, período ou disciplina, por não ter preenchido os requisitos mínimos de aproveitamento e / ou frequência, previstos em legislação.

. REPETÊNCIA:

Reingresso do aluno na mesma série ou período em que anteriormente fora reprovado ou tenha abandonado.

. DISFUNÇÃO ETÁRIA:

Incompatibilidade entre a idade adequada para a série escolar e a idade real.

NOTAS

1. A instituição da Escola Consolidada nos Estados Unidos deu-se em 1853, no Estado de Nova Iorque, para possibilitar o ajustamento das comunidades rurais ao seu ambiente. As várias escolas rurais, afastadas umas das outras e situadas em pequenas localidades, passaram a ser consolidadas. O que ocorreu foi a fusão destas escolas em uma única unidade, num ponto estratégico que pudesse servir a essas localidades.

As Escolas Consolidadas começaram a se expandir em 1890, em Ohio, e se generalizaram com as primeiras estradas, por onde podiam passar os ônibus escolares.

Com a instalação das Escolas Consolidadas, observou-se uma melhoria bastante significativa na qualificação do corpo docente, técnico e administrativo, que passou a ser mais bem preparado; as escolas puderam ser melhor equipadas; a conservação e manutenção dos novos prédios tornaram-se mais eficazes; diminuiu sensivelmente o absenteísmo; houve expansão da oferta até o nível secundário e modificação do programa de estudos, propiciando oferecer ao ensino da zona rural a mesma qualidade do ensino ofertado à zona urbana.

Capítulo II

REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, aspectos da educação no meio rural brasileiro são apresentados de maneira global, seguidos de uma análise da evolução do ensino na zona rural paranaense. Um resumo dos principais aspectos ressaltados conclui o capítulo.

ASPECTOS DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL NO BRASIL

Historicamente, o ensino no Brasil teve início com a chegada dos Jesuítas, em 1549, ficando quase que exclusivamente sob sua responsabilidade por mais de duzentos anos. Com a expulsão dos mesmos, em 1759, pelo Marquês de Pombal, o sistema educacional desintegrou-se. As medidas educativas que se seguiram não foram eficazes, não havendo alterações relevantes na educação por um século (Haidar, 1973). Após a abolição da escravatura, houve necessidade de mão de obra na agricultura, e em fins do Segundo Império, surgiu o ensino regular oficial em áreas rurais, como salientam Calazans, Castro e Silva (1981). Carneiro Leão (s.d.) em seu estudo sobre a vida rural brasileira, salienta que o centro da civilização que, até a abolição da escravatura, em 1888, era o campo, com a instauração da república mudou-se para a cidade.

Por volta de 1920, o problema crescente da migração rural-urbana, representando uma ameaça para a estabilidade social

fez com que fosse enfatizado o Ruralismo Pedagógico, movimento político-ideológico, onde os sentimentos nacionais eram exaltados. A educação passa a ser o instrumento para promover a fixação do homem ao campo.

A partir de 1930, o crescimento urbano decorrente do processo de industrialização se fez sentir, o que, para Calazans et alii (1981), contribuiu para que as diferenças na qualidade de vida rural e urbana se acentuassem, atraindo a população do campo para a cidade, ocasionando graves problemas sociais, como o desemprego, o surgimento de favelas e outros. Recorre-se à educação rural para promover a volta ao campo.

Arroyo (1982) comenta que, de tempos em tempos, a educação rural é relembrada, coincidentemente quando ocorre alguma crise, não necessariamente no setor agrícola, mas quando a cidade e sua economia se sentem ameaçadas ou outras situações se apresentam.

Assim, começaram a ser implantados programas de educação rural como um dos fatores para conter a migração rural-urbana. Tanto estes programas como os atuais, de caráter assistencialista, têm conteúdos específicos para as populações rurais, sempre identificadas através da ótica urbana, como populações carentes.

Do ponto de vista histórico, as populações rurais sempre foram excluídas dos direitos básicos como saúde, alimentação, educação.

Os programas educacionais vêem na educação um fator de produção que renda para o trabalho, confundindo desenvolvimento com crescimento econômico, não mais se detendo no homem. As-

sim, o homem do campo é mantido alienado, sem participação econômica e política, e sem consciência crítica de sua minimização.

Os programas de educação rural, ignorando que educação é um direito, pretendem compensar carências sociais, econômicas, políticas e culturais das populações rurais, encobrendo problemas estruturais reais, de subordinação do meio rural diante do urbano e da agricultura ao modo de produção capitalista.

Assim, para Calazans et alii (1981), a ação educativa prepara as populações rurais para aceitar de maneira mais adequada o processo de subordinação, sem procurar exercer qualquer modificação neste processo.

Na década de 1940, nos programas de educação rural, ainda predominavam as idéias do ruralismo pedagógico, devendo a educação promover a fixação do homem ao solo; nos anos 50, voltaram-se estes programas para o desenvolvimento de comunidades. Nas décadas de 1960 e 1970, preocuparam-se em incentivar o desenvolvimento integrado, isto é, programas de educação integrados em programas de desenvolvimento, vinculando a educação ao projeto de desenvolvimento nacional, subordinando-a aos planos de desenvolvimento econômico e social. À educação caberia promover o desenvolvimento econômico, dando qualificação ao homem do campo, o que resultaria no aumento da produção e da produtividade.

A proposta contida no II Plano Nacional de Desenvolvimento - 1975/1979 (Brasil, 1974), enfatizava a necessidade de profundas transformações no meio rural brasileiro, em que a agropecuária tradicional seria convertida em moderna economia de mercado, ampliando a capacidade de exportação, buscando si-

multaneamente crescimento econômico com redistribuição de riquezas e ampliação do mercado interno, visando o bem estar das populações rurais. Em recente trabalho divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, Calazans (1981) salienta que:

A política de valorização dos recursos humanos através da educação, da saúde, da nutrição e da maior capacitação para o trabalho (II PND) frente ao processo de modernização da agricultura, é respaldada pela teoria do capital humano que estabelece um vínculo linear entre educação, elevação da produtividade e renda (s.p.)

Baseado na proposta do II PND, o II Plano Setorial de Educação e Cultura 1975/1979 (Brasil, 1975), propunha-se a "expandir a escolarização nas zonas rurais procurando assegurar pelo menos quatro séries de educação fundamental e melhorar a produtividade deste nível de ensino para reduzir os índices de evasão e repetência de forma integrada com outros setores de atividade social e econômica (p.35)".

Nas duas últimas décadas, com a nova fase sócio-econômica constituída pelas transformações ocorridas na estrutura de produção, mecanização e comercialização da agricultura, capitalização dos segmentos produtivos do setor e a integração agricultura-indústria, Grzybowski (1981) ressalta que não houve melhoria significativa nas condições de vida e trabalho do homem do campo.

Nos anos 80, novamente a educação para o meio rural é uma das metas prioritárias da política educacional nacional. A política do III Plano Nacional de Desenvolvimento 1980/1985 (Brasil, 1979) é uma continuação das políticas adotadas anteriormente e os programas não diferem, em essência, daqueles já existentes, não trazendo melhoria na qualidade de vida das

populações rurais.

Nos programas educativos para a população rural, a "realidade da população" é uma realidade negativa vista como um conjunto de carências de saúde, alimentação, educação e outras, as quais seriam consequência da carência econômica, carência que passou a ser um determinante absoluto, como ressaltam Calazans et alii (1981).

Para Grzybowski (1981), estas populações historicamente excluídas dos direitos básicos "ocupam uma posição subalterna na estrutura social, e no processo de desenvolvimento do país (p.4)", em função das próprias estruturas produtivas do sistema, que demandam sua exploração. Assim, a preponderância do econômico sobre todos os outros fatores sócio-culturais, determina o diagnóstico da realidade das "populações carentes".

As determinações contidas no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, 1980/1985 (Brasil, 1980), continuam a insistir na promoção do desenvolvimento de comunidades rurais como se essas populações constituíssem sociedades isoladas, procurando torná-las participantes do desenvolvimento local, regional e nacional, buscando integrá-las. Apesar da posição subalterna, Calazans, Castro e Silva (1981) reconhecem que as populações rurais já estão integradas a uma estrutura econômica nacional, sofrendo intervenção executada de cima para baixo.

O III Plano Setorial (Brasil, 1980), em termos gerais, aponta, entre as linhas prioritárias nacionais, a educação no meio rural, "buscando atingir um dos focos mais acentuados de pobreza no País", repetindo que "na área rural se verificam as menores taxas de escolarização, os maiores índices de repetência e evasão", e que "a propensão à migração é inevitável", de-

vendo-se "imprimir à oferta de serviços educacionais, conteúdo condizente com as necessidades sócio-econômicas locais (p.15)". Parece, portanto, que os programas educacionais não têm alcançado êxito junto às populações rurais.

As ações educativas partem de uma falsa concepção, que propõe falsas soluções, atribuindo à educação o papel de resgatar o homem do campo de sua condição de "carente". Entre algumas das linhas complementares de ação, do mesmo documento (Brasil, 1980), destaca-se a "imperatividade de alcançar os grupos sociais mais carentes, na tentativa de atender às necessidades sócio-culturais da Nação, propondo uma real ação integrada do sistema (p.19)".

Em linhas gerais, tanto Calazans (1981) como Arroyo (1982) e Maia (1982) concordam que os programas educacionais para o meio rural não se consolidarão, enquanto as populações rurais continuarem a ser excluídas dos direitos básicos, consideradas e tratadas como "populações carentes" e a educação rural for proposta como um instrumento para outros fins, sociais, econômicos, políticos, e não como um fim em si mesma, situando o homem como centro do processo educacional. Caberia, portanto à educação, possibilitar ao homem do campo o desenvolvimento da conscientização, isto é, da tomada de consciência de si e de sua real situação. Assim, tornando-se uma pessoa consciente saberia ele optar para poder decidir.

O problema do ensino, conforme Arroyo (1982) não será resolvido com "propostas humanistas assistenciais, nem com supostas relações entre educação e desenvolvimento econômico ou educação e mudança social (p.5)", e sim quando acabarem as discriminações e restrições às camadas populares, tanto da cidade quanto do campo, e as propostas de educação rural deixarem de

defender conteúdos específicos para estas populações, podendo vir a ser a política educacional de ensino básico, única, tanto para o trabalhador da cidade como do campo.

CONTRIBUIÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES

Tanto no âmbito nacional como no estadual, o número de teses sobre educação no meio rural é reduzido, apresentando, em sua maioria, estudos de casos específicos.

Entre algumas dessas experiências, destaca-se a das Escolas da Família Agrícola, apresentada por Nosella (1977) como uma alternativa ao ensino tradicional no meio rural do Estado do Espírito Santo.

Esta experiência educacional do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), considerada por Nosella como uma nova educação para o meio rural, defrontou-se com alguns problemas, entre os quais situam-se, além do impasse metodológico onde o currículo oficial (tradicional) era preferido ao Plano de Estudo (currículo moderno), a pouca procura de matrícula, dificuldade de permanência dos técnicos agrícolas e problemas financeiros.

Após analisá-los, Nosella concluiu que possivelmente algumas dificuldades surgiram, por ser a experiência "uma crítica radical ao sistema tradicional de ensino do meio rural, contrapondo-se a ele (p.112)".

Salientou também que, provavelmente, por ter sido a experiência implantada num contexto sócio-econômico em que as forças dominantes não se mostravam interessadas em que o homem

do campo saísse de sua alienação e submissão, teria ela sofrido "pressões do sistema e do próprio movimento (p.114)".

Receia ele, portanto, que a ação educativa do MEPES possa tornar-se apenas mais um programa educacional, dentre os já existentes para a zona rural. Concluiu Nosella (1981) que a experiência evidenciou a "não existência de um específico 'rural' da educação, radicalmente diferente da situação educacional urbana (p.18)". Apesar das dificuldades encontradas, Nosella (1977) considerou a experiência positiva.

Na zona rural da Bahia, a experiência da Escola de Produção Comunitária propôs o desenvolvimento rural integrado tendo a escola como centro. Isso significa, segundo Arapiraca (1981) que a partir da instituição escolar direcionada para servir de base de organização comunitária, possibilitando uma tomada de consciência, o homem do campo possivelmente poderia superar sua condição de dependência, desde que a ação dos agentes externos fosse a de cooperar, prestando apoio técnico-pedagógico.

Assim, para Arapiraca (1981), a Escola de Produção Comunitária pretendia, além do atendimento de alunos de 1ª a 4ª séries do Ensino de 1º Grau, transferir informações de técnicas produtivas simples à população, através dos equipamentos das centrais de produção, utilizadas pelos alunos e ligadas às escolas. Seriam comuns a todos, tanto os equipamentos e bens produzidos, como também as responsabilidades pelos encargos da manutenção.

A experiência iniciou-se a partir da construção da própria escola, ao mesmo tempo em que eram introduzidas novas informações tecnológicas sobre solo-cimento. Desde que as informações fossem popularizadas, poderia a técnica de construção

ser reproduzida, podendo, assim, resolver o problema de moradia. Após essa primeira etapa, o projeto da construção das escolas foi alterado e ampliado, sendo instalado, entre outros equipamentos, um bio-digestor para produzir gás e luz. Ao lado dessas atividades, Arapiraca (1981) comenta que foi criado um serviço de extensão nas escolas agrotécnicas de 2º grau, para apoiarem e implementarem, a nível de sistema, as Escolas de Produção Comunitária. A preocupação da vinculação da assistência técnica aos órgãos permanentes do sistema estadual é pertinente, por estarem estas escolas sob a dependência administrativa municipal.

Concluindo, Arapiraca (1981) reconhece ser a experiência bastante satisfatória, talvez em parte por estarem todos os projetos para a zona rural incluídos num mesmo programa de apoio que tenta, de forma corretiva, modificar o modelo de desenvolvimento rural integrado, proposto de cima para baixo, e também porque a experiência tem se realizado com recursos e no interior do próprio sistema.

EVOLUÇÃO DO ENSINO NO MEIO RURAL NO PARANÁ

Tendo em vista a carência de bibliografia especializada acerca da educação no meio rural paranaense, procedeu-se a um estudo tomando-se por base o Plano Estadual de Educação, para se obter informações mais precisas sobre a situação do ensino na zona rural do Estado, as propostas educacionais e as recomendações e soluções sugeridas.

No Plano Básico de Educação (projeto) 1970/1975 (Paraná, 1969), anterior à Lei 5692/71, já se encontrava a preocupação com o êxodo rural, provocado não tanto pela acelerada urbani-

zação por que passavam as várias regiões do Estado, mas, principalmente, pela precariedade do meio rural, fenômeno que, em 1968, refletiu-se de modo marcante na matrícula do ensino primário, apresentando uma elevação de 25,4% da matrícula da zona urbana e um decréscimo de 1,6% na matrícula da zona rural.

O mesmo documento (Paraná, 1969) salienta que "o sistema estadual de ensino, estabelecido pela Lei nº 4978, de 05 de dezembro de 1964, propunha-se, entre outros objetivos programáticos, o oferecimento, a todos os habitantes do Estado, de idênticas oportunidades educacionais, a fim de habilitá-los a participar efetivamente do seu desenvolvimento social e econômico (p.iv-6)".

O Plano Básico, elaborado em 1969, enfatizava que "uma das áreas estratégicas do desenvolvimento brasileiro está na estrutura agrícola, tornando-se necessário e urgente oferecer melhores padrões educativos à sua população, com vistas à sua realocação em setores tecnologicamente mais complexos (p.iv-7)".

O Plano salientava que as deficiências estruturais mais profundas, lamentavelmente, ainda não foram atingidas, e que a "formação de professores especializados, a elaboração de métodos e técnicas adequadas, a eficiente administração dos serviços educacionais, são requisitos necessários à melhoria da educação rural e só poderão ser criados por um sistema que nas áreas urbanas haja resolvido os problemas básicos (p.iv-10)", não fugindo, portanto, aos padrões dos programas educacionais nacionais mencionados anteriormente.

Entretanto, o Plano Básico de Educação (Paraná, 1969), por meio de um conjunto de políticas educacionais, propunha, como uma das alternativas, expandir o alcance dos serviços edu-

cacionais para tentar corrigir as deficiências existentes, mediante determinadas medidas:

"Estabelecimento de Convênios de Expansão e Melhoramento, mediante tratamento global dos problemas educacionais do município ou região, distribuição equitativa de encargos e estímulo à criação de escolas comunitárias (p.v-4)."

Quanto a medidas a serem executadas a médio prazo - 1971/1973, encontra-se a recomendação de "iniciar a implantação gradativa de escolas centrais na área rural, a partir de um projeto geral de coordenação entre o Estado, as Prefeituras e as entidades federais vinculadas ao setor (p.v-12)".

Pela reestruturação do ensino com a implantação da Lei 5692/71, os planos e projetos educacionais do Estado tiveram de ser reformulados. O documento sobre Planejamento Educacional (Paraná, 1972), explicita que a Lei 5692/71 propõe "uma reforma do ensino brasileiro, para ajustá-lo às exigências do desenvolvimento econômico e social (p.15)".

Apesar de algumas reformulações, os conteúdos constantes do Planejamento Prévio (Paraná, 1972) do Plano Estadual de Educação, 1972/1976 (Paraná, 1975) e do Plano Estadual de Educação, 1973/1976 (Paraná, 1975), não foram modificados na sua essência.

Com o Plano Estadual de Educação e Cultura 1976 / 1979 (Paraná, 1975), algumas inovações foram feitas, sendo introduzidos os subprogramas referentes à Cooperação Estado/Município e Cooperação Estado/Iniciativa privada.

O subprograma Cooperação Estado/Município objetivou pre-

parar infraestruturas municipais para a área da educação, implantação e expansão do ensino de 1º grau, reordenação da rede escolar e criação e implantação de Escolas Consolidadas, como centros comunitários em distritos e zona rural.

Face à morosidade do atendimento da administração central do sistema de ensino, procurou-se, com o sub-programa Cooperação Estado/Município, preparar os municípios para que tivessem condições de receber os encargos educacionais em consonância com a Lei 5692/71 (Brasil, 1971), que estabelece, em seu art.58, parágrafo único: "A progressiva passagem para a responsabilidade municipal, de encargo e serviços de educação, especialmente de 1º grau, que pela sua natureza possam ser realizados mais satisfatoriamente pelas administrações locais. (p.25)", e determina, no art.59, que os municípios destinem 20% de sua receita tributária ao ensino de 1º grau.

Um dos problemas do ensino da zona rural paranaense parece situar-se tanto hoje como há alguns anos atrás, no repasse insuficiente de verbas para o município que depende do Estado que, por sua vez, depende da União, razão pela qual o ensino em zona rural e distritos é mantido pela maioria dos municípios, de forma precária, acentuando o descompasso entre o ensino de 1º grau oferecido à zona rural e o oferecido à zona urbana.

RESUMO

Procurou-se, para concluir, sintetizar algumas das colocações formuladas anteriormente.

Se, de um lado, a educação no meio rural brasileiro é novamente objeto de interesse e atenção dos Poderes Públicos, de outro lado a ação educativa implícita nos programas oficiais para as populações rurais parece não estar apresentando resultados satisfatórios.

A manutenção da situação de exclusão e alienação do homem do campo aos direitos sócio-econômico-políticos e culturais básicos, a falsa noção e concepção da realidade da população rural tendo como consequência falsas soluções, o caráter assistencialista dos programas educacionais para a zona rural com ação e intervenção executada de cima para baixo, procurando incutir no homem do campo novos valores e atitudes, tentando promover sua habilitação para o manejo de novas técnicas, e desvirtuando a finalidade da escola, ou seja, a democratização do saber fundamental a que todo cidadão tem direito, são alguns dos fatores que representam uma séria limitação para o êxito destas propostas educacionais, ficando a educação esvaziada de seu conteúdo, apenas reproduzindo o contexto.

Apesar de quase não se perceber a preocupação de que sejam detectadas as falhas e os acertos nos programas educacionais, novas perspectivas parecem se abrir, com a busca e o surgimento de alternativas para a educação no meio rural.

Possivelmente como uma forma de renovação, não obstante os problemas e dificuldades encontradas, destacam-se, entre outras, as experiências educacionais da Escola da Família Agrícola.

la e a Escola de Produção Comunitária, como tentativas de estabelecer reais possibilidades de melhoria qualitativa de ação educativa COM a população rural, e não PARA a população rural.

Mesmo com a insuficiência de informações sobre o meio rural paranaense, o que dificultou fosse efetuado com exatidão um estudo histórico retrospectivo, verificou-se que, por meio dos documentos elaborados anteriormente à Lei 5692/71, e daqueles que foram reformulados após a efetivação da mesma, poder-se-ia retratar a situação educacional do Estado.

O Plano Estadual de Educação concentrou-se quase exclusivamente no diagnóstico e solução dos problemas educacionais, na rede escolar urbana. As ações educativas preconizadas pelo Plano Estadual de Educação direcionadas predominantemente para as áreas urbanas, relegam o ensino na zona rural a um papel secundário. Saliente-se que a nova legislação referiu-se a certas funções específicas ao ensino na zona rural que não ficaram expressamente claras, sendo, portanto, imprecisa neste aspecto.

Ao atribuir-se a responsabilidade do custeio da educação aos municípios, retirando-se ao mesmo tempo a possibilidade de custeá-la através de uma política econômica centralizadora, corre-se o risco de que o município sem condições para cuidar dos distritos e zonas rurais, se preocupe só com a zona urbana, deixando ao abandono o ensino da zona rural.

As elevadas taxas de evasão, reprovação e repetência, a falta de habilitação de professores, prédios escolares de uma única sala e em precárias condições, são alguns dos reflexos desta situação.

Capítulo III

METODOLOGIA

Neste Capítulo são apresentados (a) uma sucinta retrospectiva histórica da matrícula do ensino de 1º grau nas zonas urbana e rural do Estado, com ênfase nos principais indicadores do rendimento do sistema; (b) uma caracterização do ensino de 1º grau no Município de Campo Largo em geral e do Distrito de Três Córregos, em particular; (c) uma análise da experiência de Consolidação das escolas rurais do Distrito de Três Córregos; e (d) um resumo dos principais aspectos estudados. O estudo do comportamento da matrícula e das disfunções do sistema educacional restringiu-se aos dados coletados no período 1976/1982.

ESTUDO RETROSPECTIVO DA MATRÍCULA DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU NO ESTADO DO PARANÁ

A análise, ainda que perfunctória, do comportamento da matrícula no Estado do Paraná, no período 1976/1982, tem a finalidade de identificar algumas disfunções do ensino de 1º grau, e compará-las às do Município de Campo Largo e, em especial, às do Distrito de Três Córregos. As tabelas que sumarizam os dados coletados pelo Sistema de Informações Educacionais da FUNDEPAR, apresentam-nos agrupados por zona - rural e urbana - e bloco - 1ª a 4ª série (séries iniciais) e 5ª a 8ª série (séries terminais). A cada tabela com dados absolutos corresponde uma tabela com dados relativos, calculados com base nos dados de 1976.

MATRÍCULA INICIAL

A matrícula inicial é coletada com base em 30 de abril do respectivo ano, em todos os estabelecimentos públicos e particulares do Estado. Os dados correspondentes ao período 1976-1982 são apresentados na Tabela 1. A Tabela 2 apresenta os correspondentes números índices.

A matrícula nas séries iniciais do ensino de 1º grau apresentou ao período um tênue decréscimo, principalmente a partir de 1978. Este decréscimo pode ser atribuído à redução de matrícula na zona rural - a matrícula inicial em 1982 representava 75% da matrícula inicial de 1976. O crescimento de 22% no mesmo período na zona urbana não compensou o decréscimo na zona rural; o resultado foi uma redução da matrícula naquelas séries no Estado.

Por outro lado, a matrícula nas séries terminais do ensino de 1º grau apresentou um crescimento de 14% no período de 1976 para 1982. A matrícula da zona rural, que já duplicara em 1981, continuou a crescer, apesar da pouca expressividade de seu valor absoluto. O crescimento da matrícula na zona urbana, bastante acentuada em 1979, estabilizou-se a partir desta data; o crescimento no período foi de 10%.

A análise do comportamento do total da matrícula do ensino de 1º grau indica uma estabilização com relação ao ano base (1976) e um pequeno decréscimo com relação a 1979. Decréscimo mais acentuado pode ser notado na zona rural, principalmente nas séries iniciais. Na zona urbana, a matrícula cresceu 17% no período.

Tabela 1
Estado do Paraná
MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 1º GRAU, POR ZONA - 1976 / 1982
(Valores Absolutos)

ANO	ZONA URBANA			Z O N A R U R A L			T O T A L		
	1ª a 4ª	5ª a 8ª	1ª a 8ª	1ª a 4ª	5ª a 8ª	1ª a 8ª	1ª a 4ª	5ª a 8ª	1ª a 8ª
1976	508.283	399.145	907.428	545.035	15.414	560.449	1.053.318	414.559	1.467.877
1977	538.243	401.147	939.390	538.280	20.126	558.406	1.076.523	421.273	1.497.796
1978	561.439	411.911	973.350	531.052	23.769	554.821	1.092.491	435.680	1.528.171
1979	573.809	430.488	1.004.297	502.236	25.128	527.364	1.076.045	455.616	1.531.661
1980	591.871	434.532	1.026.403	465.985	28.533	494.518	1.057.856	463.065	1.520.921
1981	603.278	431.427	1.034.705	430.646	30.979	461.625	1.033.924	462.406	1.496.330
1982	622.522	437.730	1.060.252	410.807	34.308	445.115	1.033.329	472.038	1.505.367

Fonte: SISTEMA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS - FUNDEPAR

Tabela 2

Estado do Paraná

MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 1º GRAU, POR ZONA (1976 - 1982)
(Números índices)

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª
1976	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1977	106	100	104	99	131	100	102	102	102
1978	110	103	107	97	154	99	104	105	104
1979	113	108	111	92	163	94	102	110	104
1980	116	109	113	85	185	88	100	112	104
1981	119	108	114	79	201	82	98	112	102
1982	122	110	117	75	223	79	98	114	103

Fonte: TABELA 1.

Tabela 3

Estado do Paraná

EVOLUÇÃO DA TAXA DE APROVAÇÃO* DO ENSINO DE 1º GRAU
POR ZONA (1976 - 1981)
(Valores Absolutos)

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª
1976	77	67	73	58	71	58	67	67	67
1977	76	68	72	57	63	57	66	68	67
1978	76	68	73	59	62	59	68	68	68
1979	76	68	73	62	69	62	69	68	69
1980	74	66	70	65	67	65	70	66	69
1981	73	64	69	63	66	63	69	64	67

* A taxa de aprovação é expressa por: (TOTAL DE APROVADOS / MATRÍCULA INICIAL) x 100.

Fonte: Sistema de Informações Educacionais - FUNDEPAR.

Tabela 4
Estado do Paraná
EVOLUÇÃO DA TAXA DE APROVAÇÃO DO ENSINO DE 1º GRAU
POR ZONA - 1976 - 1981
(Números índices)

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª
1976	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1977	99	101	99	98	89	98	99	101	100
1978	99	101	100	102	87	102	101	101	101
1979	99	101	100	107	97	107	103	101	103
1980	96	99	96	112	94	112	104	99	103
1981	95	96	95	109	93	109	103	96	100

Fonte: TABELA 3

TAXA DE APROVAÇÃO

A Tabela 3 sintetiza os dados referentes à taxa de aprovação no período de 1976 a 1981, uma vez que os dados referentes ao movimento escolar de 1982 para todo o Estado só estarão disponíveis a partir de agosto de 1983. A taxa de aprovação é expressa pela relação entre o total de aprovados e a correspondente matrícula inicial multiplicada por 100. Os números relativos referentes à evolução da taxa de aprovação encontram-se na Tabela 4.

A taxa de aprovação nas séries iniciais do ensino de 1º grau apresentou ligeiro acréscimo no período (2 pontos percentuais), porém esse incremento deve-se apenas a uma melhoria de 5 pontos percentuais na zona rural (de 58% para 63%). Na zo-

na urbana, o decréscimo foi de 4 pontos percentuais (77% para 73%). Convém salientar que essa evolução é oposta à do crescimento da matrícula inicial (cf. Tabelas 1 e 2).

Nas séries terminais do ensino de 1º grau, a taxa de aprovação decresceu tanto na zona urbana quanto na zona rural (3 pontos percentuais na zona urbana e 5 pontos percentuais na zona rural). Cabe lembrar que esse fenômeno acontece concomitantemente a uma expansão da matrícula nessas séries. A nível do total de Estado, para as séries terminais, o decréscimo foi de 3 pontos percentuais.

Analisando-se os dados do ensino de 1º grau como um todo, nota-se que a taxa de aprovação é a mesma, nos anos extremos do período. Nota-se um ligeiro aumento nos anos intermediários, principalmente em 1979 e 1980. Essa estabilização deve-se ao fato de o acréscimo na zona rural, mormente nas séries iniciais, ter compensado o decréscimo na zona urbana.

A estabilização da taxa de aprovação deu-se, infelizmente, a um valor muito aquém daquele esperado para o ensino de 1º grau. Pode-se afirmar que, no período considerado, 1 em cada 3 alunos que se matriculam no início do ano é reprovado no final do ano. Esta relação é mais agravada nas séries iniciais do ensino de 1º grau na zona rural.

TAXA DE EVASÃO IMEDIATA

As Tabelas 5 e 6 sintetizam os dados referentes às taxas de evasão imediata para o período 1976/1981. Na primeira, estão os valores absolutos da taxa, expressa pela seguinte relação:

Tabela 5
Estado do Paraná
EVOLUÇÃO DA TAXA DE EVASÃO IMEDIATA* DO ENSINO DE 1º GRAU
POR ZONA (1976 - 1981)
(Valores absolutos)

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª
1976	8	17	12	16	11	15	12	17	13
1977	10	17	13	18	22	18	14	17	15
1978	10	17	13	17	25	17	13	17	15
1979	10	17	13	16	19	17	13	17	14
1980	11	19	14	18	23	19	14	19	16
1981	11	19	14	16	23	17	13	19	15

* Taxa de evasão imediata é a relação entre a evasão imediata e a matrícula inicial multiplicada por 100.

FONTE: Sistema de Informações Educacionais - FUNDEPAR.

$$TEI = \frac{MI - MF}{MI} \times 100, \text{ onde:}$$

TEI = Taxa de Evasão imediata

MI = Matrícula Inicial (em 30/04)

MF = Matrícula Final (em 30/11)

Tabela 6
Estado do Paraná
EVOLUÇÃO DA TAXA DE EVASÃO IMEDIATA DO ENSINO DE 1º GRAU
POR ZONA (1976 - 1981)
(Números índices)

ANO.	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª
1976	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1977	125	100	108	112	200	120	117	100	115
1978	125	100	108	106	227	113	108	100	115
1979	125	100	108	100	173	113	108	100	108
1980	137	112	117	112	209	127	117	112	123
1981	137	112	117	100	209	113	108	112	115

Fonte: TABELA 5

Na Tabela 6 encontram-se os correspondentes números índices, calculados com base nos dados do ano de 1976.

A taxa de evasão imediata nas séries iniciais do ensino de 1º grau, tem-se estabilizado no entorno de 13%. Na zona urbana, essa taxa cresceu 3 pontos percentuais no período, enquanto permanece estável na zona rural. Convém ressaltar que as taxas correspondentes à zona rural são 50% maiores que as taxas referentes à zona urbana.

Nas séries terminais do ensino de 1º grau, a taxa de eva-

são imediata apresentou, no período, um acréscimo de dois pontos percentuais a partir de 1980. A evolução da taxa para o total do Estado reflete a taxa para a zona urbana, uma vez que a matrícula nas séries terminais do ensino de 1º grau na zona rural representava apenas 7,8% do total do Estado, em 1982.

O comportamento da taxa de evasão imediata para toda a matrícula do ensino de 1º grau apresentou um acréscimo de 15% no período, tendo atingido 23% em 1980, com relação a 1976. Esse incremento parece mais acentuado na zona urbana (17%) do que na rural (13%), apesar de os valores absolutos das taxas para a zona urbana serem menores do que os das taxas para a zona rural.

As principais conclusões que podem ser abstraídas da análise acima são:

- 1) a matrícula do ensino de 1º grau está estabilizada para o total do Estado, decresce na zona rural e cresce na zona urbana;
- 2) a taxa de aprovação é baixa, não tem apresentado melhora no período, e é mais agravada na zona rural;
- 3) a taxa de evasão imediata é considerável, principalmente nas séries terminais do ensino de 1º grau, e mais acentuada na zona rural.

ASPECTOS DO COMPORTAMENTO DA MATRÍCULA DO ENSINO REGULAR DE 1º GRAU NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO

A análise relatada a seguir destina-se a apresentar, agora a nível do município de Campo Largo - em cuja zona rural foi realizado o experimento objeto do presente estudo - alguns aspectos do comportamento da matrícula do ensino regular de 1º grau e, em especial, algumas disfunções do sistema de ensino.

MATRÍCULA INICIAL

A Tabela 7 apresenta a matrícula inicial do ensino de 1º grau por zona - urbana e rural - e por bloco - séries iniciais (1ª a 4ª série) e séries finais (5ª a 8ª série), no período de 1976 a 1982. A Tabela 8 apresenta os valores relativos correspondentes aos absolutos que compõem a Tabela 7.

A matrícula das séries iniciais do ensino de 1º grau apresentou um crescimento de 38% no período. O crescimento foi mais intenso na zona urbana (58%) do que na rural (4%). Entre 1976 e 1978, a matrícula aumentou em 20% para o total do município e em 26% para a zona urbana.

Tabela 7

Município de Campo Largo

MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 1º GRAU, POR ZONA (1976/1982)

(Números absolutos)

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª
1976	3239	2126	5365	1927	76	2003	5166	2202	7368
1977	3469	1853	5322	2108	93	2201	5577	1946	7523
1978	4090	1970	6060	2097	99	2196	6187	2069	8256
1979	4445	2183	6628	2077	90	2167	6522	2273	8795
1980	4568	2394	6962	2115	101	2216	6683	2495	9178
1981	4867	2534	7401	1985	131	2116	6852	2665	9517
1982	5111	2689	7800	1997	197	2194	7108	2886	9994

Fonte: SISTEMA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS - FUNDEPAR

Tabela 8
Município de Campo Largo
MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 1º GRAU, POR ZONA (1976/1982)
(Números índices)

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª
1976	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1977	107	87	99	109	122	110	108	88	102
1978	126	93	113	109	130	110	120	94	112
1979	137	103	124	108	118	108	126	103	119
1980	141	113	130	110	133	111	129	113	125
1981	150	119	138	103	172	106	133	121	129
1982	158	126	145	104	259	110	138	131	136

Fonte: TABELA 7.

Nas séries terminais do ensino de 1º grau, o crescimento foi de 31% no período. Na zona urbana, o incremento foi de 26% e, na zona rural, de 159%. Convém salientar que a quase totalidade da matrícula do ensino de 1º grau frequentava estabelecimentos de ensino localizados na zona urbana. O ano de 1980 parece ser o de início do crescimento da matrícula na zona urbana, enquanto na zona rural o incremento maior foi em 1982.

Considerando-se o total da matrícula do município, nota-se um crescimento de 36% no período, registrando-se mais intenso na zona urbana (45%) do que na rural (10%). Tomando-se por base os anos extremos do período (1976 e 1982), pode-se afirmar que a matrícula do ensino de 1º grau cresceu, tanto nas séries iniciais quanto nas terminais, na zona urbana e na zona rural.

TAXA DE APROVAÇÃO

A Tabela 9 resume os dados referentes às taxas de aprovação nas séries iniciais e terminais do ensino de 1º grau por zona, no período de 1976 a 1981. Os respectivos números índices são apresentados na Tabela 10.

Tabela 9
Município de Campo Largo
EVOLUÇÃO DA TAXA DE APROVAÇÃO DO ENSINO DE 1º GRAU
POR ZONA (1976 - 1981)
(Valores absolutos)

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª
1976	76	80	78	69	99	70	74	80	76
1977	83	77	81	49	97	51	70	78	72
1978	83	74	80	54	71	55	73	74	73
1979	78	75	77	65	72	65	74	75	74
1980	78	70	75	64	79	64	74	70	73
1981	76	68	73	67	53	66	74	68	72

Fonte: SISTEMA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS - FUNDEPAR

Tabela 10
Município de Campo Largo
EVOLUÇÃO DA TAXA DE APROVAÇÃO DO ENSINO DE 1º GRAU
POR ZONA (1976 - 1981)
(Números Índices)

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª
1976	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1977	109	96	104	71	98	73	95	97	95
1978	109	92	103	78	72	79	99	92	96
1979	103	94	99	94	73	93	100	94	97
1980	103	87	96	93	80	91	100	87	96
1981	100	85	94	97	54	94	100	85	94

Fonte: TABELA 9.

Nas séries iniciais do ensino de 1º grau a taxa de aprovação apresenta-se estabilizada, tanto para o total da matrícula quanto para a zona urbana. As taxas correspondentes à zona rural, no entanto, apresentam um ligeiro decréscimo (3% sobre o ano de 1976). É também na zona rural que se notam as mais baixas taxas de aprovação (67% em 1981).

As taxas de aprovação das séries terminais apresentam queda acentuada (15% sobre 1976), agravando-se a queda na zona rural (46% sobre 1976). A situação na zona urbana é idêntica à do total do município.

Para o total da matrícula do ensino de 1º grau, nota-se uma ligeira queda (6% sobre 1976) na taxa de aprovação. Esse mesmo decréscimo foi verificado na zona urbana e na zona rural.

As taxas de aprovação, no entanto, ainda são baixas e indicam disfunção no sistema.

TAXA DE EVASÃO IMEDIATA

As taxas de evasão imediata para as séries iniciais do ensino de 1º grau (Tabelas 11 e 12) apresentam um leve decréscimo (2 pontos percentuais). O decremento tem-se verificado apenas na zona urbana (3 pontos percentuais). Na zona rural, verificou-se um crescimento de 1 ponto percentual no período.

Tabela 11

Município de Campo Largo

EVOLUÇÃO DA TAXA DE EVASÃO IMEDIATA DO ENSINO DE 1º GRAU

POR ZONA (1976 - 1981)

(Valores absolutos)

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª
1976	9	6	8	9	-	8	9	6	8
1977	2	1	1	18	-	18	8	1	6
1978	4	8	5	18	11	17	9	8	9
1979	6	3	5	12	9	12	8	4	7
1980	7	7	7	20	11	19	11	8	10
1981	6	9	7	10	20	11	7	9	8

Fonte: SISTEMA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS - FUNDEPAR

Tabela 12
Município de Campo Largo
EVOLUÇÃO DA TAXA DE EVASÃO IMEDIATA DO ENSINO DE 1º GRAU
POR ZONA (1976 - 1981)
(Números índices)

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª	1ª/4ª	5ª/8ª	1ª/8ª
1976	100	100	100	100	-	100	100	100	100
1977	22	17	12	200	-	225	89	17	75
1978	44	133	62	200	100	212	100	133	112
1979	67	50	62	133	82	150	89	67	87
1980	78	117	87	222	100	237	122	133	125
1981	67	150	87	111	182	137	78	150	100

Fonte: TABELA 11.

Ressalte-se que, após a verificação de altas taxas em 1977, 1978 e 1980, a taxa de evasão em 1981 tendia a igualar a de 1976, indicando possível ação saneadora.

Nas séries terminais do ensino de 1º grau, a taxa de evasão cresceu 50% no período. Esse aumento da taxa de evasão registrou na zona urbana e, mais intensamente, na zona rural. No entanto, as taxas de evasão da zona urbana são bem menores que as da zona rural.

Para o total da matrícula, as taxas de evasão apresentaram-se estáveis. O decréscimo das taxas da zona urbana parece compensar o incremento registrado na zona rural.

A análise dos dados referentes ao ensino regular de 1º

grau do Município de Campo Largo indicam que:

- 1) ao contrário do que se verificou para o total do Estado, a matrícula inicial apresentou acentuado crescimento na zona urbana e razoável incremento na zona rural;
- 2) as taxas de aprovação, ainda que insatisfatórias, são grosso modo melhores do que as verificadas para o total do Estado;
- 3) as taxas de aprovação tendem a decrescer, quando as do total do Estado tendem a se estabilizar;
- 4) as taxas de evasão imediata são melhores do que as do total do Estado, e propendem à estabilização, enquanto as do total do Estado apresentam um acréscimo no período considerado.

DISTRITO DE TRÊS CÓRREGOS

Distante aproximadamente 60 quilômetros da sede do Município, o Distrito de Três Córregos tinha, em 1980, uma população de 3.365 habitantes, dos quais 188 residiam na zona urbana do Distrito e 3.177 (95%) na zona rural.

A agricultura de subsistência baseia-se nas culturas de milho, feijão, batata e, em menor escala, o trigo. Na pecuária predomina a criação de suínos. A localidade montanhosa apresenta pequenas e médias propriedades, esparsas pela região, além de grandes áreas de reflorestamento, o que se constitui num meio empregatício local.

O Distrito de Três Córregos foi selecionado pelo Departamento Municipal de Ensino de Campo Largo para o experimento, devido às altas taxas de evasão (14% na zona rural em 1977), de reprovação (65% no ensino de 1º grau nas escolas da zona rural em 1977) e ao grande número de escolas rurais (30% das escolas rurais do Município de Campo Largo).

Da necessidade de medidas que viessem reduzir os elevados índices de evasão, reprovação e repetência, na zona rural, surgiu a proposta da consolidação das escolas rurais.

O sistema escolar do Distrito de Três Córregos contava com 21 escolas rurais e 1 escola urbana, situada na sede do Distrito, totalizando 22 escolas. Destas escolas, 3 delas, apesar de estarem localizadas na zona rural, não foram incluídas desde o início do estudo, pela impossibilidade de acesso a elas, bem como pela excessiva distância da área de execução do projeto de centralização das escolas.

No período de 1978 a 1980, várias visitas foram realizadas às escolas envolvidas no projeto, as quais, possivelmente, seriam desativadas. Simultaneamente, foram percorridos diferentes trajetos para verificar a existência de estradas e de suas condições de conservação, o que tornaria viável o transporte por ônibus, da clientela escolar das escolas unidocentes até o local do futuro centro educacional.

O estudo restringiu-se, assim, a 19 escolas unidocentes da zona rural do Distrito de Três Córregos. Para facilitar a identificação destas escolas, o seu número de ordem está no quadro demonstrativo (Quadro 1) e no mapa do município em apenso.

Quadro 1
DISTRITO DE TRÊS CÓRREGOS
CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA ZONA RURAL E URBANA

ZONA	Nº NO MAPA	NOME DO ESTABELECIMENTO	COD. PRÉDIO	DEP. ADM.	LOCALIZAÇÃO	Nº SALAS DE AULA	FINALID. CONSTR.	TURMA ÚNICA (MULTISSERIADA)	ANO DESAT.	FUNÇÃO ATUAL
R	1	Esc.Mun.Santos Dumont	CD	M	Açungui	1	Escola	Multisseriada	1981	Capela
R	2	Escola Municipal Açungui	AS	M	Açungui	1	Outra	Multisseriada	1980	Sem ut.(part)
R	3	Escola Municipal de Meira	DD	M	Meira	1	Escola	Multisseriada	1980	Sem utiliz.
R	4	Esc.Isolada Alto da Lagoa	AA	E	Alto da Lagoa	1	Escola	Multisseriada	1981	Transf*
R	5	Esc.Municipal Santo Antonio	CT	M	Bica da Pedra	1	Escola	Multisseriada	1981	Capela
R	6	Esc.Isolada Ribeirão Grande	BQ	E	Ribeirão Grande	1	Escola	Multisseriada	1981	Dom.partic.
U	7	Esc.Isolada Três Córregos	AI	E	Três Córregos (sede)	1	Escola	Multisseriada	1981	Dom.partic.
R	8	Esc.Mun.Nossa Sra.Aparecida	AM	M	Taquara	1	Escola	Multisseriada	1981	Reuniões***
R	9	Escola Isolada de Taquara	DE	E	Taquara	1	Escola	Multisseriada	1981	Dom.partic.
R	10	Esc.Isolada Vilinha da Taquara I	BV	E	Vilinha da Taquara	1	Escola	Multisseriada	1981	Posto at.med.
R	11	Esc.Isol.Vilinha da Taquara II	DH	M	Vilinha da Taquara	1	Escola	Multisseriada	1981	Sem utiliz.
R	12	Esc.Municipal São José	BX	M	Gramadinhos	1	Outra	Multisseriada	1981	Garagem part.
R	13	Escola Municipal D.Anfitrite	AN	M	Palmital dos Pretos	1	Escola	Multisseriada	1981	Transf*
R	14	Esc.Isol.Campina de Santa Cruz	AF	E	Campina de Sta.Cruz	1	Escola	Multisseriada	1981	Sem utiliz.
R	15	Escola Isolada Santa Cruz	BS	E	Santa Cruz	1	Escola	Multisseriada	1981	Sem utiliz.
R	16	Escola Municipal Santa Catarina	CW	M	Conceição dos Chagas	1	Outra	Multisseriada	1981	Dom.partic.
R	17	Esc.Mun.Santa Rita de Cássia	BY	M	Agudinhos	1	Escola	Multisseriada	1981	Capela
R	18	Esc.Municipal Lourenço R.Machado	AP	M	Geadinha	1	Outra	Multisseriada	1981	Sem utiliz.
R	19	Escola Municipal de Jacuí	DG	M	Jacuí	1	Outra	Multisseriada	1982**	Sem utiliz.

Fonte: SISTEMA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS - FUNDEPAR

* Transferido para outro local - para escola

** Desativada após a implantação da Escola Consolidada.

*** Reuniões da comunidade e escritório da ACARPA.

Duas destas escolas já estavam inativas em 1980, por falta de professores. Os alunos foram remanejados para outras escolas, sendo que alguns caminhavam cerca de 6 quilômetros para chegar à escola mais próxima.

Para atender a Escola Municipal Santo Antônio (CT), a professora percorria diariamente, a cavalo, aproximadamente 10 quilômetros, levando consigo a merenda escolar, que era preparada no fogão da casa mais próxima da escola, a uma distância de 500 metros.

A Escola Municipal São José (BX) funcionava na garagem, junto à casa da professora.

Uma das escolas mais distantes do local do centro educacional, a Escola Municipal de Jacuí (DG), na Fazenda das Almas, divisa com o Município de Ponta Grossa, tinha como único acesso um pontilhão que desabou, deixando sua população isolada. A nova ponte de concreto foi concluída em outubro de 1981, motivo pelo qual a escola só foi desativada em 1982.

As pequenas escolas unidocentes, além de não apresentarem condições satisfatórias de utilização, funcionavam, ou na casa do próprio professor ou obrigavam crianças e professores a percorrerem grandes distâncias, devido à sua má localização, e dificuldade de acesso.

Em sua totalidade (ver Quadro 1), abrigavam classes multisseriadas, onde os professores leigos não faziam distinção entre os conteúdos básicos ensinados tanto para uma série como para outra, sendo difícil encontrar-se alunos na 4ª série do 1º grau. Os alunos avançavam até onde chegava o conhecimento do professor. Se permaneciam na escola, repetiam a série que representava o limite máximo, conforme o depoimento de uma das pro-

fessoras: "Eu só sei ensinar até a 3ª série; depois, os alunos que quiserem continuar na escola, fazem esta série outra vez".

Considerando esta realidade educacional, a Prefeitura Municipal de Campo Largo, através do seu Departamento de Educação, a partir de 1977, firmou vários convênios. Dentre eles se destacaram os firmados com o Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado da Educação e Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná, para o desenvolvimento do Projeto Logos II, que visava habilitar para o magistério, através de módulos, professores leigos em exercício, sem retirá-los da sala de aula e com a Secretaria de Estado da Educação, através do Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná- CETE-PAR, para a realização do Projeto de classes multisseriadas que objetivava o treinamento de professores rurais que lecionavam para diversas séries, simultaneamente. Em 1979, decidiu-se pela implantação de uma nova proposta educacional para a zona rural: a Escola Consolidada.

Tabela 13

Município de Campo Largo - Distrito de Três Córregos

ENSINO DE 1º GRAU - ZONA RURAL (1976 - 1982)

MATRÍCULA INICIAL, TAXA DE APROVAÇÃO E TAXA DE EVASÃO IMEDIATA

ANO	MATRÍC. INICIAL		TAXA APROVAÇÃO		TAXA EV. IMED.	
	ABS	REL	ABS	REL	ABS	REL
1976	300	100	51	100	16	100
1977	330	110	35	69	14	87
1978	330	110	45	88	21	131
1979	346	115	51	100	17	106
1980	318	106	65	127	18	112
1981*	427	142	42	82	12	75
1982	502	167	53	104	8	50

Fonte: SIST.DE INFORM. EDUC. - FUNDEPAR

*Ano implant. da Esc. Consolidada.

Tabela 14

Município de Campo Largo - Distrito de Três Córregos

ENSINO DE 1º GRAU - ZONA RURAL (1976 - 1982)

EVOLUÇÃO DA IDADE MÉDIA, POR SÉRIE

(Valores absolutos)

ANO	S É R I E				
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
1976	8a 11m	10a 6m	11a 2m	12a 10m	-
1977	9a 2m	10a 7m	12a 4m	10a 6m*	-
1978	8a 8m	10a 00m	11a 4m	12a 3m	-
1979	9a 00m	10a 9m	11a 4m	12a 10m	-
1980	8a 10m	10a 11m	11a 00m	12a 00m**	-
1981***	9a 00m	10a 2m	11a 00m	12a 2m	-
1982	9a 4m	10a 2m	11a 4m	11a 10m	13a 00m

Fonte: SISTEMA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS - FUNDEPAR

* Apenas dois alunos

** Apenas um aluno

*** Ano da implantação da Escola Consolidada.

Tabela 15

Município de Campo Largo - Distrito de Três Córregos

ENSINO DE 1º GRAU - ZONA RURAL (1976 - 1982)

EVOLUÇÃO DA IDADE MÉDIA, POR SÉRIE

(Números índices)

ANO	S É R I E S				
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
1976	100	100	100	100	-
1977	103	101	110	82	-
1978	97	95	101	95	-
1979	101	102	101	100	-
1980	99	104	98	94	-
1981*	101	97	98	95	-
1982	105	97	101	92	100

Fonte: TABELA 14

* Ano de implantação da Escola Consolidada.

Tabela 16
Município de Campo Largo - Distrito de Três Córregos
ENSINO DE 1º GRAU - ZONA RURAL (1976 - 1982)
EVOLUÇÃO DA INADEQUAÇÃO IDADE/SÉRIE*, POR SÉRIE
(Valores absolutos)

ANO	S É R I E S				
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
1976	1a 5m	2a	1a 8m	2a 4m	-
1977	1a 8m	2a 1m	2a 10m	-	-
1978	1a 2m	1a 6m	1a 10m	1a 9m	-
1979	1a 6m	2a 3m	1a 10m	2a 4m	-
1980	1a 4m	2a 5m	1a 6m	1a 6m	-
1981**	1a 6m	1a 8m	1a 6m	1a 8m	-
1982	1a 10m	1a 8m	1a 10m	1a 4m	1a 6m

Fonte: SISTEMA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS - FUNDEPAR

** Ano de implantação da Escola Consolidada.

* A inadequação foi calculada tomando-se por base a idade adequada para a série, ou seja, 7 anos e 6 meses para a 1ª série, 8 anos e 6 meses para a 2ª, e assim sucessivamente.

Tabela 17
Município de Campo Largo - Distrito de Três Córregos
ENSINO DE 1º GRAU - ZONA RURAL (1976 - 1982)
EVOLUÇÃO DA INADEQUAÇÃO IDADE/SÉRIE, POR SÉRIE
(Números índices)

ANO	S É R I E S				
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
1976	100	100	100	100	-
1977	118	104	169	-	-
1978	82	75	110	75	-
1979	106	112	110	100	-
1980	94	121	90	64	-
1981*	106	83	90	72	-
1982	129	83	110	57	100

Fonte: TABELA 16

* Ano de implantação da Escola Consolidada.

As 19 escolas unidocentes da zona rural, distantes umas das outras, apresentavam dificuldades de acesso e comunicação, precariedade das instalações e seus professores, em sua totalidade, não possuíam habilitação (cf. Levantamento Estatístico Educacional SEED-PR, SIE-PR, FUNDEPAR).

Os dados referentes às séries iniciais do ensino de 1º grau da zona rural do Distrito de Três Córregos estão resumizados nas tabelas 13 a 17. Apesar de as tabelas apresentarem dados relativos ao período 1976-1982, a análise restringe-se, inicialmente, aos anos que antecederam a desativação das escolas unidocentes e, conseqüentemente, a implementação da Escola Consolidada. Esse período é compreendido pelos anos 1976 e 1980. Os dados que servem de base a essa e a outras análises apresentadas posteriormente são os referentes ao ano de 1976.

A matrícula inicial apresentou-se estável no período estudado, tendo crescido apenas 6% (18 alunos). A maior matrícula registrada foi a de 1979. A taxa de aprovação apresentou um incremento de 27%, porém, apresentou um decréscimo em 1977 e 1978. Além disso, as taxas de aprovação indicam que aproximadamente a metade dos alunos que se matriculam no início do ano é reprovada. No ano de 1980, foi registrada uma taxa de aprovação de 65%, discrepante das taxas registradas para os outros anos.

A taxa de evasão imediata oscilou no período, com tendência a manter-se acima da do ano base, 1976. A taxa registrada em 1980 era 12% maior do que a obtida para os dados relativos a 1976.

Como um acréscimo às análises apresentadas anteriormente, foram estudados, para o Distrito de Três Córregos, dados

referentes à idade média dos alunos, calculada com base na matrícula inicial e à inadequação série/idade. As tabelas 14 a 17 resumem esses dados.

Conforme os dados das Tabelas 14 e 15, a idade média nas diferentes séries permaneceu inalterada no período 1976/1980. No entanto, a idade média calculada situa-se muito além da idade adequada para a respectiva série. Uma consulta às Tabelas 16 e 17 permite identificar a inadequação idade/série, para cada uma das séries.

Na 1ª série, a idade média situava-se aproximadamente 1 ano e 5 meses acima da idade adequada; na 2ª série, 2 anos; na 3ª, 1 ano e 11 meses; na 4ª, 1 ano e 9 meses. Nota-se, portanto, que os alunos das escolas unidocentes da zona rural, ou se matriculavam tardiamente (com 8, 9, 10 ou mais anos de idade), ou repetiam a série uma ou mais vezes.

Resumidamente, pode-se afirmar que, no período de 1976 a 1980:

- a) a matrícula inicial manteve-se estabilizada;
- b) as taxas de aprovação indicam que a metade dos alunos que iniciam o ano letivo é reprovada;
- c) as taxas de evasão imediata oscilaram, no entorno de 17%;
- d) a inadequação idade/série é expressiva, indicando em média, 2 anos de atraso.

ANTECEDENTES DA IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA CONSOLIDADA

Em 1977, a Prefeitura do Município de Campo Largo, com a finalidade de melhorar o ensino ofertado à população da zona rural, conjuntamente com o Departamento Municipal de Ensino, realizou estudos sobre a viabilidade da centralização de escolas rurais do Distrito de Três Córregos, com a criação de um Centro Educacional.

O estudo fundamentou-se em documentação fornecida pelo Promunicípio e na dissertação de mestrado sobre Escolas Consolidadas nos Estados Unidos, elaborada por Roberval Eloy Pereira (1971), para desenvolver o projeto de centralização de escolas rurais.

Enquanto na FUNDEPAR já eram discutidas alternativas educacionais para a zona rural, a comunidade de Campo Largo manifestava ao mesmo tempo desejo de que ações fossem efetivadas e resultassem na expansão e melhoria do ensino para esta população.

Dessa preocupação, concomitante, após estudos e debates surgiu a proposta a nível experimental, da consolidação de algumas escolas da zona rural do Distrito de Três Córregos.

Zotto (1982), então Diretor do Departamento de Educação do Município de Campo Largo, comenta que a comunidade consultada participou em sua quase totalidade, conforme atestam atas de várias reuniões realizadas nas escolas unidocentes onde, juntamente com as autoridades educacionais locais, foi discutida a viabilidade da implantação de uma escola que centralizasse o ensino no Distrito de Três Córregos.

A partir desses encontros, houve grande expectativa na comunidade, em relação à Escola Consolidada, como alternativa de solução para o ensino no Distrito de Três Córregos.

A experiência de implantação de Escolas Consolidadas não é única no Estado, existindo outras escolas com características semelhantes, mas não iguais às da Escola Consolidada do Distrito de Três Córregos. A experiência desta Escola Consolidada vem sendo acompanhada desde o seu início, pela Fundação Educacional

do Estado do Paraná - FUNDEPAR.

À escola centralizada, criada pelo Decreto nº 37/81, de 5 de maio de 1981, da Prefeitura Municipal de Campo Largo (em anexo), foi dado o nome de Escola Augusto Pires de Paula, Ensino de 1º Grau.

A partir de seu funcionamento em 1981, ofereceu as 4 primeiras séries iniciais do ensino de 1º grau. Incluiu em 1982 a 5ª série do ensino de 1º grau.

As demais séries serão implantadas gradativamente, nos anos subseqüentes, até a terminalidade na 8ª série do ensino de 1º grau.

A Escola Augusto Pires de Paula, Ensino de 1º Grau (DK) no Distrito de Três Córregos, está situada num terreno de 25.953,62 m². Foi construída em convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Campo Largo e FUNDEPAR, com 6 salas de aula. Entrou em funcionamento em 1981, e para atender à demanda, além de 4 salas de aula, parcialmente acabadas, foi necessário utilizar uma passagem externa que ligava os blocos da nova escola como sala de aula, e mais uma sala da Escola Isolada Três Córregos (AI), já desativada.

Com o término da construção das 6 salas de aula, dependências administrativas, sanitários, cantina, cozinha e ambientes específicos, atendeu, em 1982, uma demanda de 502 alunos, excedendo em 82 alunos sua capacidade instalada física, de 420 alunos, sendo considerado como ideal 35 alunos por turma, em 2 turnos diurnos (cf. Levantamento Estatístico Educacional, 1982, SEED/PR, SIE/PR, FUNDEPAR) tendo a biblioteca sido adaptada provisoriamente para sala de aula, já tendo sido proposta a am-

pliação da escola. Foi também incluído no projeto a construção de 1 cancha polivalente.

O nível econômico da maioria da clientela escolar é médio-inferior, sendo os pais, em grande parte, lavradores, com rendimento abaixo do salário mínimo, e com grau de instrução entre 1ª e 3ª séries do 1º grau e analfabetos.

O transporte dos alunos e professores locais é efetuado em 2 ônibus escolares e kombis, as quais servem de alimentadores, apanhando crianças e professores nos lugares de difícil acesso, transportando-os até o ponto do ônibus.

O corpo docente da Escola Augusto Pires de Paula, Ensino de 1º Grau (DK) é composto por professores habilitados da sede do Município e por professores da localidade, que concluíram o Projeto Logos II. Todos os professores das escolas desativadas foram remanejados para a escola centralizada. Aos não habilitados foi dado escolher entre os diferentes tipos de trabalho a serem realizados na escola.

A Escola Augusto Pires de Paula Ensino de 1º Grau (DK) adotou, em caráter provisório, o currículo utilizado pelas escolas da zona urbana de Campo Largo, até que sejam concluídos os estudos para a elaboração de um currículo próprio para o referido estabelecimento de ensino.

A filosofia de ensino da Escola Consolidada Escola Augusto Pires de Paula Ensino de 1º Grau (DK), fundamentada em princípios de liberdade e justiça, propõe-se a oportunizar aos alunos auto-realização e integração na sociedade, através de experiências vivenciadas, que possibilitem seu desenvolvimento integral.

Uma das propostas da Escola Augusto Pires de Paula Ensino de 1º Grau (DK) para que se torne, efetivamente, um Centro Comunitário, é colocar-se a serviço da comunidade, procurando desenvolver algumas atividades básicas, como: oferecer lazer à comunidade através da projeção periódica de filmes, apresentação de espetáculos, músicas regionais; desenvolver campanhas de vacinação, preservação do meio, orientação de técnicas agrícolas, orientação sobre higiene e saúde; incentivar manifestações do folclore regional, danças típicas, festas populares, procissões; facilitar a obtenção de documentos pessoais; criação de Associação de Pais e Professores e Clube de Mães.

Os prédios das escolas unidocentes desativadas foram utilizados ou para funções comunitárias, ou domicílios particulares, ou remanejados para outras localidades para fins escolares, sendo que alguns ainda permaneceram sem utilização, conforme referência feita no Quadro 1, que indica inclusive a função original de cada prédio.

A análise dos dados apresentada a seguir complementa o estudo de alguns aspectos do comportamento da matrícula do ensino de 1º grau da zona rural do Distrito de Três Córregos, mediante a inclusão do período compreendido pelos anos 1981 e 1982, que sucederam à desativação das escolas unidocentes, correspondendo à criação e implantação da Escola Consolidada, Escola Augusto Pires de Paula, Ensino de 1º Grau (DK).

A matrícula inicial do ensino de 1º grau apresentou, em 1981, ano da implantação da Escola Consolidada, um crescimento de 42% com relação a 1976. O incremento de 67% no ano de 1982 indica um crescimento bastante acentuado com relação ao ano base (1976).

As taxas de aprovação das séries iniciais do ensino de 1º grau apresentam, em 1981, um decréscimo (9 pontos percentuais), possivelmente pela simultânea expansão nessas séries, apresentando em 1982 ligeiro acréscimo (2 pontos percentuais).

Nas séries iniciais do 1º grau, a taxa de evasão imediata em 1981 decresceu 4 pontos percentuais. O decremento continuou a verificar-se em 1982 (8 pontos percentuais).

A idade média nas diferentes séries do ensino de 1º grau apresentou ligeira alteração no período 1981-1982, situando-se aproximadamente 1 ano e 6 meses acima da idade adequada.

Pela análise dos dados referentes ao ensino de 1º grau da zona rural do Distrito de Três Córregos, após a implantação da Escola Consolidada, Escola Augusto Pires de Paula, Ensino de 1º Grau (DK), no período compreendido entre 1981 - 1982, pode-se concluir que:

- 1) a matrícula inicial cresceu consideravelmente, principalmente em 1982;
- 2) a taxa de aprovação apresentou crescimento no período. Esse incremento foi mais intenso no ano de 1982;
- 3) a taxa de evasão imediata apresentou uma queda acentuada, 25% (sobre 1976) no ano de 1981, tendo o decremento atingido 50% (sobre 1976) em 1982;
- 4) a inadequação idade/série apresentou alteração no período 1981-1982, indicando, em média, 1 ano e meio de atraso.

Capítulo IV

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O enfoque da pesquisa centrou-se na problemática educacional do meio rural, sendo a consolidação de escolas da zona rural do Distrito de Três Córregos, Município de Campo Largo, centralizadas em uma única escola, objeto do presente estudo. A proposta surgiu como alternativa ao ensino tradicional, numa tentativa de redução dos problemas peculiares às escolas rurais.

A seguir, apresentar-se-á uma síntese das diferentes etapas desenvolvidas no estudo.

Inicialmente, procurou-se identificar as características das escolas unidocentes da zona rural do Distrito de Três Córregos, referentes à localização, prédio escolar, corpo docente e corpo discente, mediante visitas "in loco".

Na etapa seguinte, foram coletados dados pelo Sistema de Informações Educacionais da Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR e agrupados por zona - rural e urbana - e bloco - 1ª a 4ª séries (séries iniciais) e 5ª a 8ª séries (séries terminais) do ensino de 1º grau, relativos ao período de 1976 a 1982, do Estado do Paraná, do Município de Campo Largo e do Distrito de Três Córregos.

Partindo-se da análise do comportamento da matrícula no Estado do Paraná, no período 1976-1982, buscou-se identificar algumas disfunções do ensino de 1º grau, o que possibilitou

compará-las às do Município de Campo Largo e mais especificamente às do Distrito de Três Córregos.

Além das análises anteriores, para o estudo da situação educacional do Distrito de Três Córregos, foram incluídas análises referentes à idade média dos alunos nas diferentes séries e à inadequação idade/série, no período 1976-1982.

A análise dos dados relativos ao ensino de 1º grau, no Distrito de Três Córregos, restringiu-se inicialmente aos anos que antecederam a desativação das escolas unidocentes, nos anos 1976-1980 e, posteriormente, aos que sucederam a implantação da Escola Consolidada, Escola Augusto Pires de Paula, Ensino de 1º Grau (DK), nos anos 1981 e 1982, com base nos dados do ano de 1976.

CONCLUSÕES

Em linhas gerais, após a análise dos dados referentes ao período anterior à desativação das escolas unidocentes da zona rural do Distrito de Três Córregos e ao período posterior à implantação da Escola Consolidada, pode-se formular as seguintes conclusões: (a) a matrícula inicial permaneceu estável antes da implantação e cresceu acentuadamente após a mesma; (b) a taxa de aprovação decresceu no período anterior à desativação e apresentou um ligeiro acréscimo após a implantação da Escola Consolidada; (c) verificou-se um crescimento nas taxas de evasão antes da implantação, decrescendo acentuadamente após a mesma; (d) a idade média situou-se em média 2 anos acima da idade adequada no período anterior à implantação e indicou, no período posterior à mesma, uma inadequação de 1 ano e meio.

Resumidamente, pode-se afirmar que o comportamento da matrícula do ensino de 1º grau apresentou resultados positivos e significativos, após a implantação da Escola Consolidada.

Estabelecendo-se um comparativo do ensino de 1º grau da zona rural do Distrito de Três Córregos, do Município de Campo Largo e do Estado do Paraná, no período 1976 - 1982, conclui-se que:

- a) a matrícula inicial do Distrito de Três Córregos manteve-se estabilizada antes da desativação das escolas unidocentes e cresceu acentuadamente após a implantação da Escola Consolidada, enquanto que no Município de Campo Largo apresentou razoável crescimento e no Estado do Paraná decresceu principalmente nas séries iniciais;
- b) a taxa de aprovação no Distrito de Três Córregos apresentou decréscimo no período anterior à desativação das escolas unidocentes e um ligeiro acréscimo após a implantação da Escola Consolidada; no Município de Campo Largo decresceu acentuadamente e no Estado do Paraná apresentou acréscimo nas séries iniciais e decréscimo nas séries terminais;
- c) a taxa de evasão imediata do Distrito de Três Córregos cresceu no período anterior à desativação das escolas unidocentes e decresceu consideravelmente após a implantação da Escola Consolidada, enquanto no Município de Campo Largo cresceu mais intensamente nas séries terminais e no Estado do Paraná permaneceu estabilizada.

Portanto, a matrícula inicial no Distrito de Três Córregos cresceu mais acentuadamente (67%) do que a da zona rural de Campo Largo (10%), enquanto se verificava intenso decréscimo da matrícula inicial na zona rural do Estado. A taxa de aprovação (53%) ainda se apresenta inferior à da zona rural do total do Estado (63%) e à de Campo Largo (66%). A taxa de evasão (8%) é inferior à da zona rural de Campo Largo (11%) e cerca de metade da do Estado (17%).

A revisão de literatura, ou melhor, a análise crítica das publicações disponíveis sobre educação no meio rural, fundamentou e serviu de respaldo à pesquisa levada a efeito.

Pelo retrospecto histórico e de acordo com autores como Calazans et alii (1981), Calazans (1981) e Arroyo (1982), ficou evidenciado que a educação no meio rural brasileiro não apresenta resultados satisfatórios, possivelmente por:

- a) manutenção da situação de exclusão e alienação do homem do campo aos direitos básicos sócio-econômico-políticos e culturais;
- b) caráter assistencialista dos programas educacionais para a zona rural;
- c) ação e intervenção executada de cima para baixo;
- d) desigualdades sociais, falta de participação econômica e política, não permitindo a democratização de oportunidades;
- e) descompasso acentuado entre o ensino de 1º grau oferecido à zona urbana e à zona rural;
- f) ação educativa seletiva e reprodutora de privilégios.

Não obstante os problemas e dificuldades apontados, novas perspectivas parecem se abrir com a realização de algumas

experiências educacionais concretas, como possíveis soluções alternativas para a educação no meio rural.

Apesar da insuficiência de informações sobre o meio rural paranaense, procurou-se esboçar um perfil da situação educacional do Estado, mediante documentos anteriores à Lei 5692/71 e do Plano Estadual de Educação, observando-se que as ações educativas estavam direcionadas, predominantemente, para as áreas urbanas.

Levando-se em consideração os aspectos evidenciados na análise da situação educacional, tanto no meio rural brasileiro como no meio rural paranaense e mais especificamente na zona rural do Distrito de Três Córregos, alguns resultados alentadores puderam ser observados após a implantação da Escola Consolidada, Escola Augusto Pires de Paula, Ensino de 1º Grau (DK), apesar de ter iniciado suas atividades há apenas 2 anos (1981).

As principais conclusões que podem ser abstraídas da análise do comportamento da matrícula do ensino de 1º grau são as seguintes:

- a) o comportamento da matrícula inicial cresceu acentuadamente, o que indica que a Escola Consolidada parece ter exercido uma ação motivadora;
- b) as taxas de aprovação revelaram um decréscimo em 1981, possivelmente pela expansão simultânea da matrícula, apresentando, já em 1982, um ligeiro crescimento;
- c) foi registrado, em 1981, um decréscimo de 25% (sobre 1976) na taxa de evasão, acentuando-se o decremento

para 50% (sobre 1976) em 1982, o que indica uma possível ação saneadora;

d) a idade média indicou inadequação de 1 ano e meio no período 1981/1982, possivelmente pela expansão concomitante da matrícula, mediante o atendimento a uma clientela até então marginalizada;

e) expansão da oferta com a implantação em 1982, da 5ª série do ensino de 1º grau e as demais séries nos anos subsequentes.

Finalmente, os resultados obtidos indicam que a experiência da consolidação das escolas unidocentes da zona rural em uma única escola, Escola Consolidada, parece ter contribuído na redução das disfunções do sistema educacional do Distrito de Três Córregos.

A experiência da consolidação de escolas não é a única no Estado, mas nenhuma parece ter as mesmas características da Escola Consolidada, Escola Augusto Pires de Paula, Ensino de 1º Grau (DK), a qual:

- a) centralizou o sistema escolar do Distrito de Três Córregos, com a desativação total das escolas unidocentes;
- b) absorveu todos os professores das escolas desativadas;
- c) incentivou o crescimento da demanda;
- d) ampliou a oferta.

Na área da educação foi efetuada a multiplicação da experiência do Distrito de três Córregos, com a implantação de 39 Escolas Consolidadas, em 31 municípios atendidos pelo Projeto

PRO-RURAL, projeto bem mais abrangente, financiado parcialmente pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o qual será executado durante um período de 5 anos. Conta com a participação conjunta de 7 Secretarias de Estado: da Agricultura, de Educação, Saúde, Transporte, Interior, Administração e Planejamento.

Objetivando prestar apoio ao pequeno produtor rural, o PRO-RURAL atenderá 61 municípios da região leste do Estado do Paraná, o que representa 1/3 da área do Estado. Com a implantação das 39 Escolas Consolidadas, deverão ser desativadas total ou parcialmente cerca de 300 escolas unidocentes da região. Outros municípios paranaenses implantaram Escolas Consolidadas na zona rural, procurando difundir a experiência da consolidação das escolas unidocentes do Distrito de Três Córregos.

Com a experiência da implantação da Escola Consolidada, Escola Augusto Pires de Paula, Ensino de 1º Grau (DK) no Distrito de Três Córregos, não se buscou generalizar um modelo, mas empreender uma tentativa concreta, que pudesse solucionar a problemática educacional existente na zona rural e servisse de ponto de partida para novos estudos.

Cabe ressaltar que emergiu da própria comunidade o desejo de que fossem efetivadas ações que resultassem na melhoria do ensino no Distrito de Três Córregos. Caso contrário, a experiência poderia fracassar, por haver rejeição por parte da população, o que não ocorreu, existindo ao invés, grande expectativa quanto ao funcionamento da Escola Consolidada.

RECOMENDAÇÕES

Por se tratar de uma experiência recente como alternativa de solução para os problemas inerentes à zona rural, outros estudos deverão ser realizados, com a finalidade de subsidiar uma avaliação mais ampla da experiência da consolidação de escolas unidocentes do Distrito de Três Córregos. Sugere-se, ainda, a elaboração de estudos específicos nas áreas de recursos humanos, currículo, participação comunitária e outros, no intuito de se caracterizar o tipo ou os tipos de escola que melhor correspondam aos anseios e necessidades das populações rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAPIRACA, José. Escola de produção comunitária: uma proposta de desenvolvimento rural integrado tomando a escola como centro. In: ACHIAMÉ/ANPED/CNPQ (Ed.): Notas de Seminários I: Meio rural e educação; 1º Seminário sobre meio rural e Educação realizado pelo IESAE. Rio de Janeiro, IESAE, 1981.
2. ARROYO, Miguel. Escola, cidadania e participação no campo. Em aberto. Brasília, Ano 1, nº 9, set/1982.
3. BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975/1979. Brasília, 1974.
4. BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. III Plano Nacional de Desenvolvimento, 1980 / 1985. Brasília, 1979.
5. BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. II Plano Setorial de Educação e Cultura 1975/1979. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.
6. BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria Geral. III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto. 1980/1985. Brasília, MEC/DDD. 1980.

7. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Ensino de 1º e 2º Graus. Brasília, 1971.
8. CALAZANS, Maria Julieta Costa. Caracterização de programas de educação rural no Brasil: algumas experiências das três últimas décadas. Rio de Janeiro, FGV/IESAE, 1981 (mimeo).
9. CALAZANS, Maria Julieta Costa, CASTRO, Luis Felipe Meira de; SILVA, Helio R.S. Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: WERTHEIN, Jorge & BORDENAVE, Juan Díaz. Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
10. CARNEIRO LEÃO, Antonio. A sociedade rural, seus problemas e sua educação. Rio de Janeiro, Edit.S/A. A Noite (s.d.)
11. GRZYBOWSKI, Cândido. Ciclo de Seminários sobre o meio rural e educação. In: ACHIAMÉ/ANPED/CNPQ (Ed): Notas de Seminários I: Meio rural e educação; 1º Seminário sobre Meio rural e Educação, realizado pelo IESAE. Rio de Janeiro, IESAE, 1981.
12. HAIDAR, Maria de Lourdes M. A instrução popular no Brasil antes da República. In: BREJON, Moysés. Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus. São Paulo, Pioneira, 1973.
13. MAIA, Eni Maria. Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? Em aberto. Brasília. Ano 1, nº 9, set/1982.
14. MATEUSSI, José & SALLES, Antonio Carlos. Plano Diretor de informações estatístico-educacionais. 1980/1984. Curitiba, FUNDEPAR, 1981.

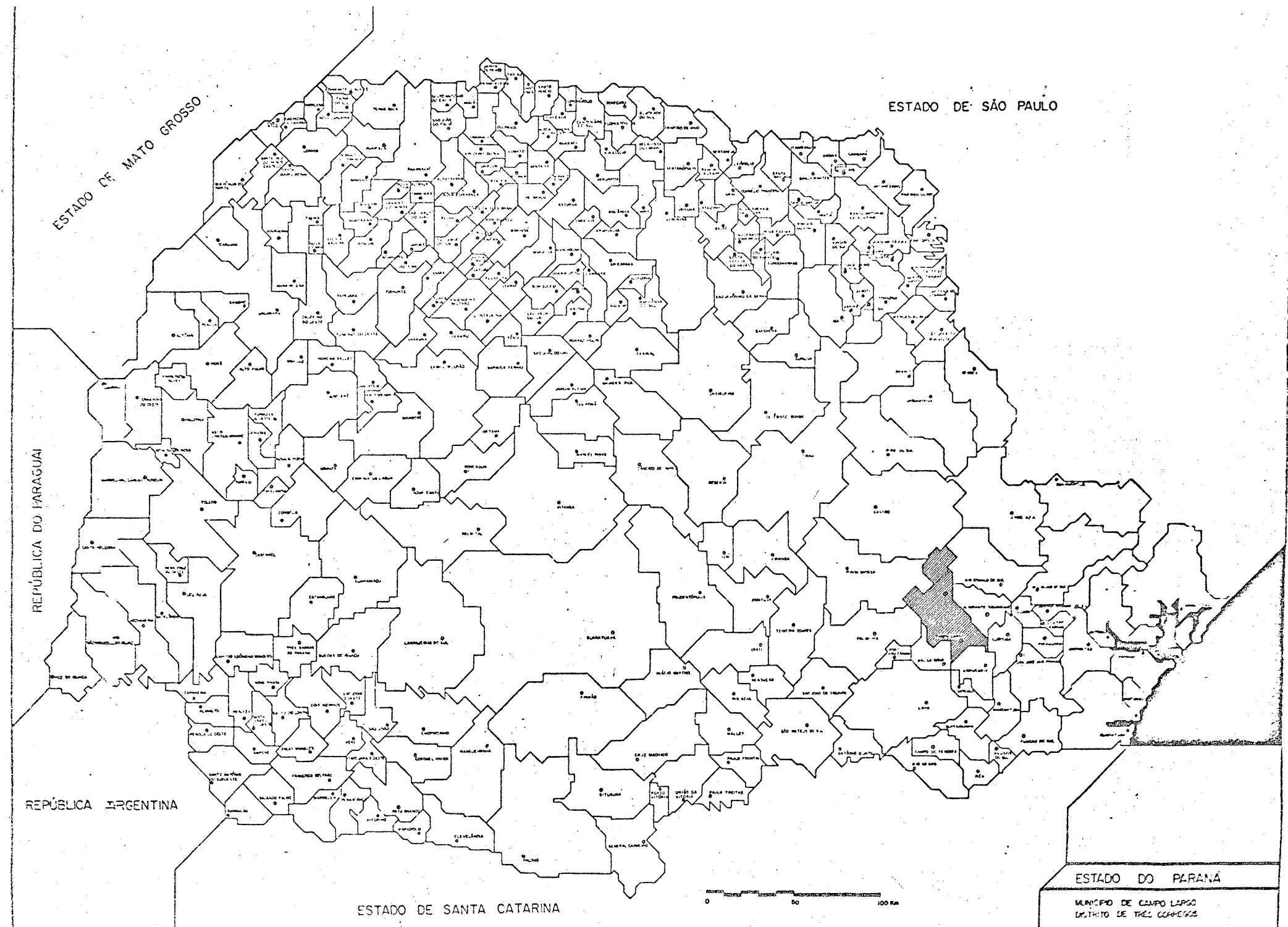
15. NOSELLA, Paolo. Uma nova educação para o meio rural: sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. São Paulo, 1977. Dissertação, Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
16. NOSELLA, Paolo. A problemática do ensino de 1º grau no meio rural e alternativas pedagógicas. In: ACHIAMÉ/ANPED/CNPQ (Ed.): Notas de Seminários I: Meio rural e educação. 1º Seminário sobre Meio rural e Educação, realizado pelo IESAE. Rio de Janeiro, IESAE, 1981.
17. PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Plano Básico de Educação (projeto) 1970-1975. Curitiba, 1969 (mimeo).
18. PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Planejamento Educacional no Paraná: observações sobre sua elaboração e implantação em face da Lei 5692. Curitiba, 1972 (mimeo).
19. PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Planejamento Estadual de Educação, 1972-1976. Curitiba, 1975.
20. PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Plano Estadual de Educação, 1973-1976. Curitiba, 1975.
21. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura. Plano Estadual de Educação e Cultura, 1976-1979. Curitiba, 1975.
22. PEREIRA, Roberval Eloy. Rural education: the consolidated school movement in the United States. Califórnia, 1971. Dissertação, Mestrado, San Diego State University.

23. ZOTTO, Osvaldo Andrade. Comunicação pessoal, em 20 de novembro de 1982.

ANEXOS

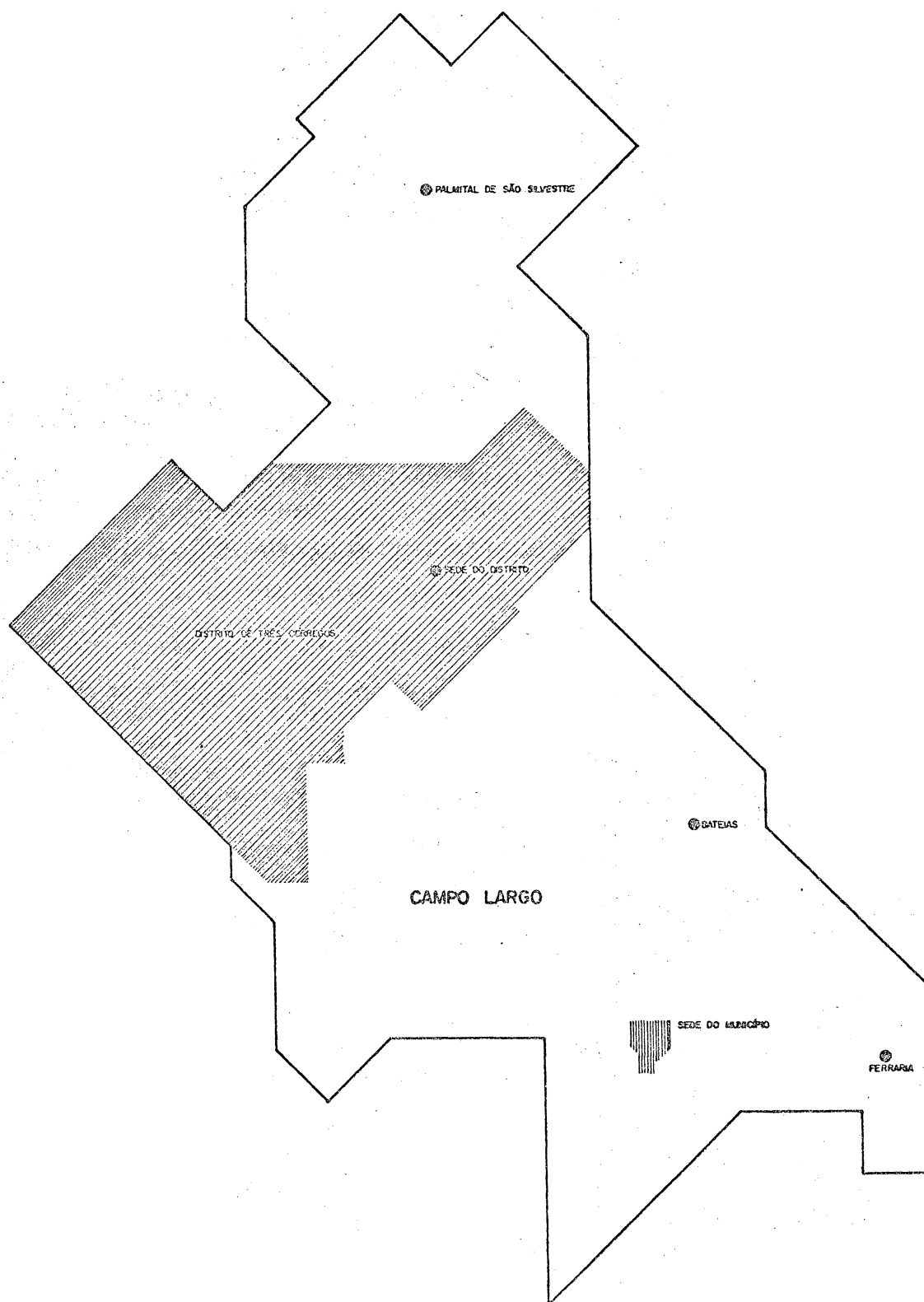
Anexo 1

MAPA DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO



Anexo 2

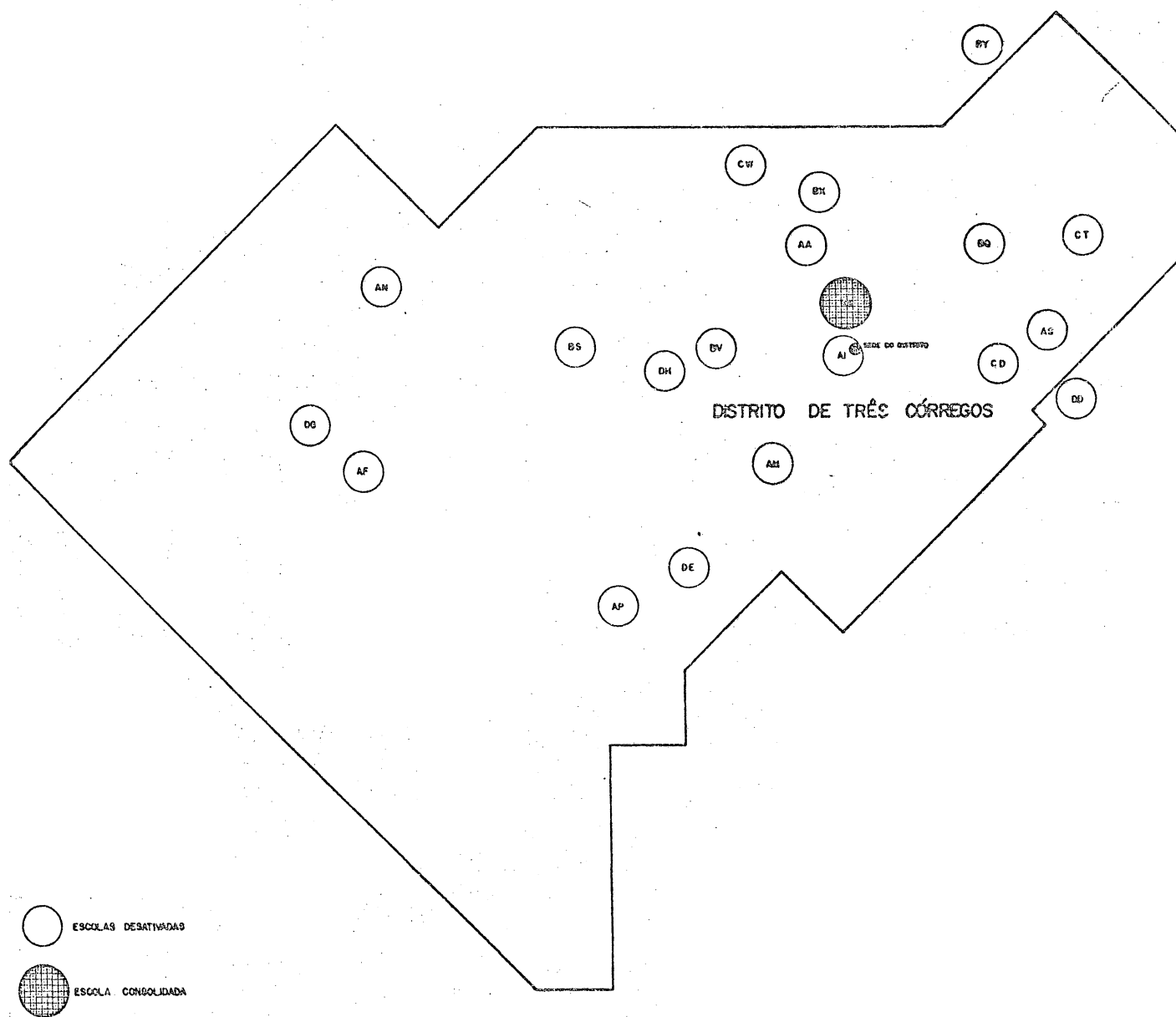
MAPA DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, DISTRITO DE TRÊS CÓRREGOS



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO
DISTRITO DE TRÊS CÓRREGOS

Anexo 3

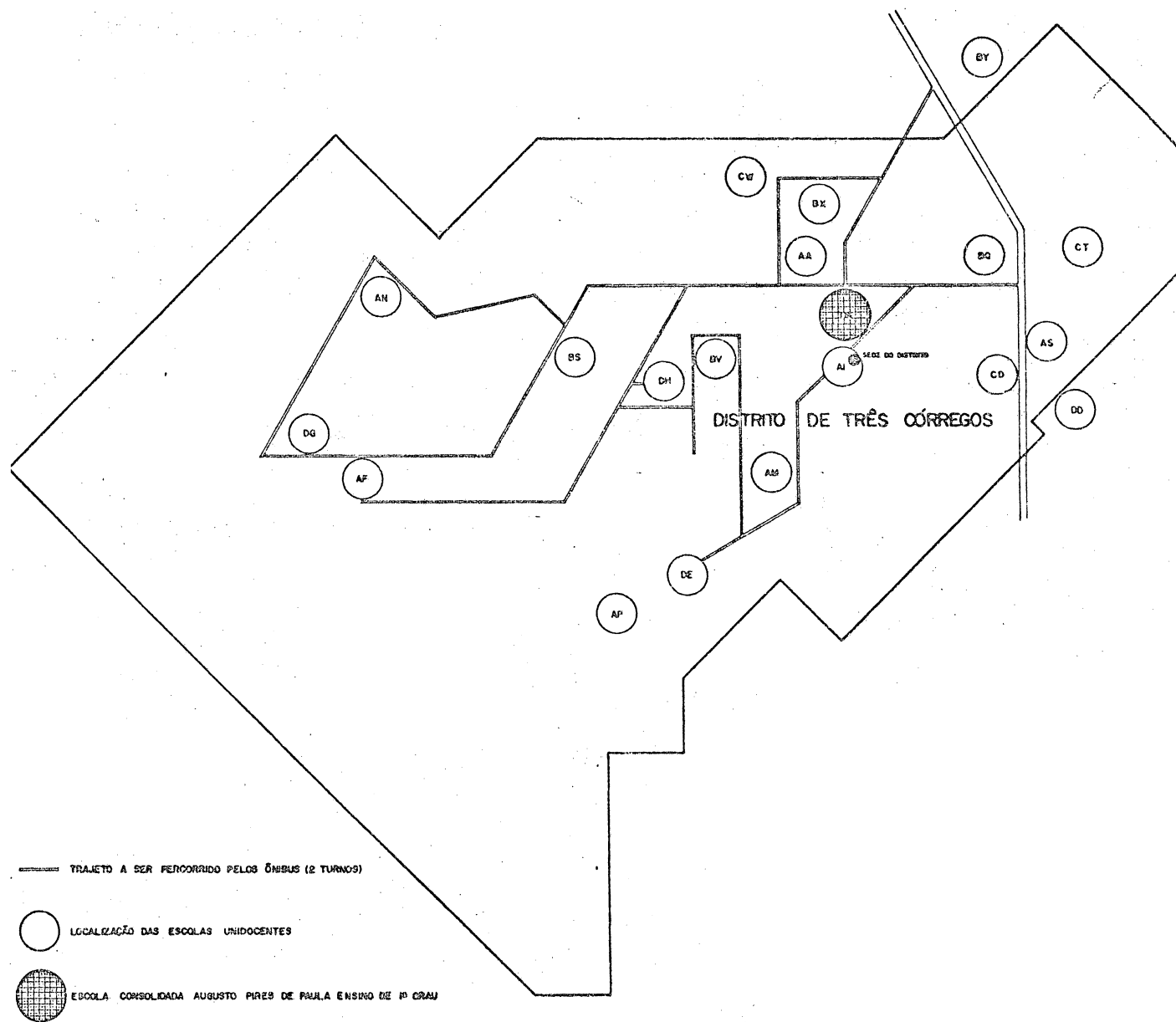
MAPA DO DISTRITO DE TRÊS CÓRREGOS, LOCALIZAÇÃO
DAS ESCOLAS DESATIVADAS E DA ESCOLA CONSOLIDADA



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO
DISTRITO DE TRÊS CÓRREGOS

Anexo 4

MAPA DO DISTRITO DE TRÊS CÓRREGOS, TRAJETO A SER
PERCORRIDO PELOS ÔNIBUS (DOIS TURNOS)



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO
DISTRITO DE TRÊS CÓRREGOS

Anexo 5

DECRETO Nº 37/81, DE 05 DE MAIO DE 1981, REFERENTE
À CRIAÇÃO DA ESCOLA CONSOLIDADA -
ESCOLA AUGUSTO PIRES DE PAULA, ENSINO DE 1º GRAU

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

" DECRETO Nº 37/81 "

Data:- 05 de maio de 1981.-

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

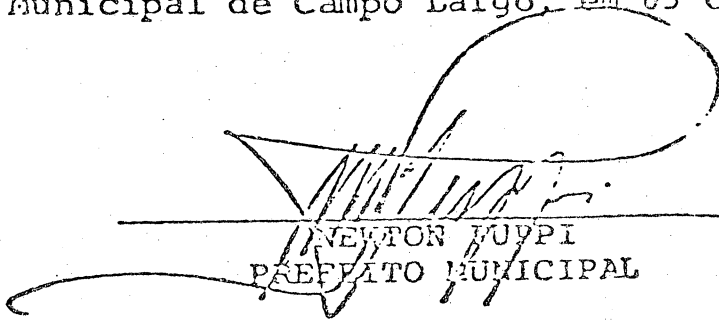
Art. 1º - Ficam extintas, a partir de 1º de março de 1981 as Escolas Municipais Santo Antonio, Santa Rita de Cássia, Santos - Dumont, Açungui, São José, Santa Catarina, Dona Anfitrite Cicarino Pereira, Lourenço Rodrigues Machado e Nossa Senhora Aparecida, localizadas em áreas rurais do distrito de Três Córregos.

Art. 2º - Fica criada a ESCOLA AUGUSTO PIRES DE PAULA - Ensino de 1º Grau, localizada no distrito de Três Córregos, destinada a oferecer o ensino gradativo de 1ª a 8ª séries do 1º Grau aos alunos das escolas extintas, e às demais crianças do distrito.

Art. 3º - Fica garantido o transporte gratuito dos alunos para frequência às aulas, bem como toda assistência didático-pedagógica necessária à sua formação educacional.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.-

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 05 de maio de 1981.-


NEWTON TUPPI
PREFEITO MUNICIPAL